

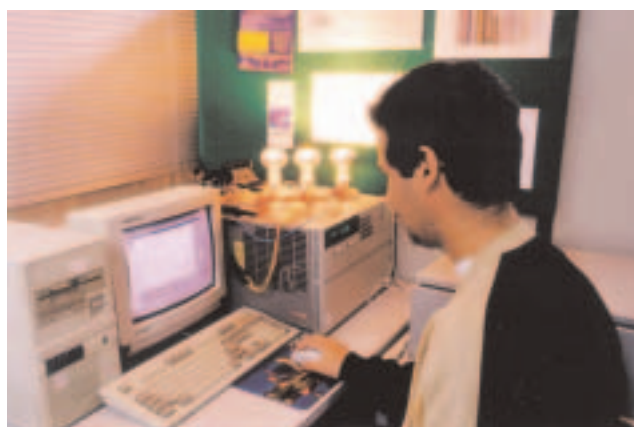


Administração e gestão

Destaca-se a reestruturação da Diretoria de Projetos Especiais, que, entre suas atribuições, começou a acompanhar a gestão empresarial das cinco concessionárias estaduais de energia elétrica situadas no Norte e no Nordeste que passaram ao controle da ELETROBRÁS, as chamadas empresas federalizadas.

Aplicou-se a essas empresas o Sistema de Acompanhamento de Gestão Empresarial (SIAGE), a partir de indicadores que abrangem a área financeira, mercadológica, recursos humanos e engenharia, incluindo simulação da performance empresarial. Assim, foi possível qualificar e quantificar os grandes problemas que influenciaram nos resultados dessas concessionárias, de modo que, hoje, gestores e acionistas podem identificar as principais dificuldades e potencialidades de seus negócios.

No que se refere à modernização administrativa e tecnológica, entre as diversas iniciativas tomadas ao longo de 2002, vale ressaltar a conclusão da reforma geral da infra-estrutura do Centro de Processamento de Dados e sua reorganização. Foi planejada, implementada e consolidada a utilização do novo servidor de arquivos corporativos, que, ao fim do ano, já armazenava aproximadamente 1 milhão de arquivos. Além disso, novos sistemas informatizados estão sendo desenvolvidos para apoiar as atividades de orçamen-



tação de projetos de subestações e linhas de transmissão, com novas metodologias para estimar os preços básicos de equipamentos e materiais. Outras modernizações dizem respeito ao sistema de Planejamento e Execução Orçamentária e ao sistema de Solicitação de Compras e Reserva de Material.

Na área de Recursos Humanos, foi mantida a política de incentivo à preparação de profissionais para o mercado de trabalho, com o ingresso de estagiários de nível médio e superior pelas diversas unidades da empresa.

Também foi mantida a política de aproveitamento de menores carentes da Fundação São Martinho, dando a vários jovens a oportunidade de ter a primeira experiência profissional.

Com o objetivo de levar aos empregados o máximo de informações e subsídios para um estilo de



vida saudável, foi lançado o Programa ELETROVIDA, que oferece aos funcionários os serviços de uma equipe multidisciplinar de profissionais ligados a temas sobre saúde.

Treinamento e desenvolvimento

Dando continuidade à estratégia da área de treinamento e desenvolvimento de pessoal, foram oferecidos aos empregados cursos MBA de especialização em instituições abertas ao mercado, com a finalidade de possibilitar a troca de conhecimentos e experiências com profissionais de outras empresas.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento de Pessoal da Operação (PRODESPO), merece destaque a conclusão dos cursos de mestrado profissional de empregados da ELETROBRÁS, FURNAS, ELETRONUCLEAR, CEPEL, ELETRONORTE, ELETROSUL e CHESF.

Cultura

Em apoio à política cultural do Governo Federal, a ELETROBRÁS tem participado ativamente da promoção de atividades artísticas e culturais, mediante o aporte de recursos a projetos aprovados pelo Ministério da Cultura. Com base na Lei Rouanet, a empresa aplicou, no exercício de 2002, R\$ 23 milhões 761 mil em projetos que geraram um retorno de 61% na forma de incentivos fiscais.

A seleção dos projetos para patrocínio obedeceu a critérios como diversidade regional de segmentos culturais, além de retorno positivo para a imagem institucional da ELETROBRÁS. Foram patrocinados projetos cinematográficos e de artes cênicas, festivais de música, restauração de patrimônio histórico, edição de livros e CDs e exposição de artes plásticas.





Pesquisa e desenvolvimento tecnológico

As atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D) da ELETROBRÁS são desenvolvidas pelo CEPEL, cuja infra-estrutura de laboratórios é a maior do setor no Hemisfério Sul. Em 2002, a carteira de projetos para os sócios fundadores do CEPEL (a ELETROBRÁS e suas controladas FURNAS, CHESF, ELETRONORTE e ELETROSUL) somou 63 projetos, desenvolvidos em contrapartida aos recursos aportados ao Centro.

Esses projetos visam à solução de problemas e à introdução de inovações para o planejamento e a operação dos sistemas, nos mais diversos aspectos – elétricos, energéticos, de mercado, de gerenciamento de riscos de comercialização e investimentos e de avaliação e combate a perdas.

Estão também em andamento 15 projetos para os sócios fundadores, em atendimento à Lei 9.991/2000, que regula investimentos setoriais em P&D. Além disso, ao longo de 2002, foram desenvolvidos 50 projetos para clientes diversos, entre agentes do setor, concessionárias de distribuição, fabricantes de equipamentos e empresas de consultoria.

Também foram desenvolvidas metodologias e ferramentas computacionais para o CCPE, a ANEEL e o ONS.



Vale ressaltar, ainda, o suporte técnico às atividades coordenadas pelo Ministério de Minas e Energia, com destaque para os estudos de viabilidade do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte e o processo de implementação de índices mínimos de eficiência energética em equipamentos de uso final. Além disso, cabe ao CEPEL a realização dos ensaios laboratoriais para comprovação dos consumos e índices de eficiência energética de equipamentos candidatos a receber o Selo do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) de Economia de Energia.





Atuação ambiental

A ELETROBRÁS tem várias frentes de atuação na área ambiental, abrangendo desde sua colaboração com o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a Política Nacional de Recursos Hídricos até os diversos programas e projetos voltados para o aumento da eficiência energética e a racionalização do consumo de energia, a maioria deles vinculados ao PROCEL.

Os resultados obtidos pelo PROCEL são expressos em quantidade de energia economizada. Em 2002, pode-se afirmar que os projetos realizados no âmbito desse programa contribuíram para uma economia de energia da ordem de 1.270 GWh e uma redução de 309 MW na demanda de ponta do sistema.

Iluminação pública eficiente

Coordenado e executado pela ELETROBRÁS, o RELUZ é um programa que se destina a promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, estendendo seu alcance a parce-

las mais amplas da população, ao mesmo tempo que reduz o desperdício de energia elétrica. Iniciado no ano 2000, financia projetos das prefeituras municipais, apresentados pelas concessionárias de energia elétrica.



Eficiência energética nas indústrias

Iniciado em 2002, o Programa destina-se a reduzir as perdas de energia nos equipamentos já instalados nas indústrias do país; acelerar a penetração e a difusão de equipamentos de alto rendimento (motores de indução trifásicos); auxiliar as indústrias na adoção de medidas de conservação de energia; aumentar a capacitação das equipes técnicas das indústrias; e colaborar no aumento da produtividade e competitividade do setor industrial brasileiro. O Programa é executado por meio de convênios com federações das indústrias, e sua meta é atingir 2 mil empresas até 2004.

PROGRAMA RELUZ – RESULTADOS 2000–2002

	Nº DE MUNICÍPIOS	PONTOS ATENDIDOS	CUSTO TOTAL DE INVESTIMENTO (R\$)	CUSTO TOTAL DE FINANCIAMENTO (R\$)	ECONOMIA DE ENERGIA (MWH/ANO)	REDUÇÃO DA DEMANDA (KW)
Concluídos	6	87.837	14.204.506,40	7.951.833,57	43.831,60	10.008
Contratados	1.641	1.881.269	356.687.175,00	262.788.341,00	602.579,90	135.492
Total	1.647	1.969.106	370.891.681,40	270.740.174,57	646.411,50	145.500

**PROGRAMA DE
EFICIENTIZAÇÃO INDUSTRIAL
RESULTADOS 2002**

Nº convênios aprovados	6
Recursos da ELETROBRÁS (R\$)	2.500.000,00
Multiplicadores treinados*	40
Agentes treinados*	100
Federações treinadas*	4
Outros resultados	
Elaboração parcial (30%) de material didático e realização do primeiro módulo de treinamento de multiplicadores; elaboração, em conjunto com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e o Ministério de Minas e Energia, da regulamentação que estabelece rendimentos nominais mínimos para motores de indução trifásicos.	

* Previsão até 2003.

Edificações

As edificações são responsáveis por cerca de 44% do consumo total de energia elétrica no Brasil, considerando-se os setores residencial e comercial. Grande parte dessa energia é consumida para prover confort-

to aos usuários dos edifícios. As estatísticas mostram que o potencial de conservação em prédios já construídos pode ser de até 30%, chegando a 50% em prédios novos.

O Programa tem como metas, até 2006, o desenvolvimento de um conjunto de projetos visando:

- reduzir o consumo de energia elétrica nas edificações;
- estimular as ações de racionalização do uso e de combate ao desperdício de energia elétrica;
- divulgar os conceitos de eficiência energética em edificações pela inserção do tema "Arquitetura Bioclimática";
- disseminar o uso de energias renováveis;
- utilizar tecnologias mais eficientes em projetos, em equipamentos e na fabricação de materiais de construção;
- conscientizar profissionais que podem influenciar no planejamento de uma cidade, na concepção de projetos e na construção de prédios eficientes;
- divulgar boas práticas por meio de projetos e construções que agreguem conceitos de conforto ambiental e eficiência energética.

O Programa prevê investimentos da ordem de R\$ 3 milhões para o biênio 2003/2004.



Prédios públicos

O Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos teve seu início em 1999. No ano de 2002, capacitou, por meio de cursos, 45 administradores de prédios públicos e cadastrou 95 prédios. Visa reduzir o consumo de energia elétrica em até 1.100 GWh/ano e capacitar, até 2003, pelo menos 60 administradores de prédios da administração federal, estadual e municipal, além de implementar, até o fim de 2004, projetos demonstração em órgãos públicos.

Saneamento

O Programa de Saneamento (PROCEL/SANEAR) destina-se a incrementar as ações de eficiência energética nos serviços de água e esgoto. Entre seus objetivos estão a redução de perdas físicas nos serviços de saneamento, a capacitação técnica e gerencial dos agentes do setor para o combate ao desperdício e o estímulo à penetração de tecnologias limpas, colaborando de maneira geral para o aumento da qualidade e a redução de custos.

Em 2002, realizou-se um workshop para a alta gerência, com 94 participantes, e iniciou-se a inserção do tema "Eficiência Energética" nos treinamentos das associações de classe do setor.

Gestão Energética Municipal

O objetivo desse programa é capacitar e assessorar tecnicamente as prefeituras para a estruturação do uso eficiente de energia elétrica nas instalações e serviços sob sua responsabilidade. Dá suporte à implementação de planos de gestão energética para os municípios integrantes da Rede Cidades Eficientes. Teve início em dezembro de 1999, pelo convênio com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). O convênio encerrou-se em novembro de 2002, e as negociações para celebração de novo convênio estão em andamento.

PROGRAMA GESTÃO ENERGÉTICA MUNICIPAL RESULTADOS ATÉ 2002

Municípios cadastrados na Rede Cidades Eficiente	549
Nº de acessos de usuários à Rede	65.000
Nº de planos de gestão energética implantados	19
Outros resultados	
Criação e distribuição de manuais para prefeituras; criação de dois boletins informativos da Rede; entrega do Prêmio Cidades Eficientes a três municípios.	



Área de Educação – PROCEL nas Escolas

Em 2002, o Programa PROCEL nas Escolas, atuando em escolas de níveis fundamental e médio e em universidades, capacitou cerca de 1,5 milhão de alunos, por meio do programa de educação ambiental “A Natureza e Paisagem – Energia”, desenvolvido nos níveis fundamental e médio, e da disciplina “Conservação de Energia”, no nível superior.

Para chegar a esses resultados, o PROCEL realizou seis cursos de 32 horas de carga horária para os multiplicadores das concessionárias, envolvendo 150 profissionais, que, por sua vez, envolveram 1.300 escolas e 9.100 professores, além de 12 universidades. O resultado de 2002 corresponde a 40% da meta prevista para o triênio 2001–2003.

Suporte técnico à ANEEL

Foram analisados programas de combate ao desperdício de energia elétrica de 65 concessionárias de distribuição, num total de 158 projetos referentes ao ciclo 2002–2003. Esses programas, tomados em conjunto, envolvem a aplicação de recursos da ordem de R\$ 185 milhões e poderão proporcionar uma economia de energia de 450 GWh/ano, com redução de 107 MW na demanda.

SELO PROCEL

Instituído em 1993, o Selo PROCEL de Economia de Energia destina-se a destacar anualmente, para o consumidor, os eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes em suas categorias. A concessão do selo é



fruto do trabalho conjunto da ELETROBRÁS com o INMETRO. Em 2002, o selo foi outorgado a 15 categorias de equipamentos e eletrodomésticos, três a mais que no ano anterior.

Estudos e análises

- Participação nos estudos de inventário coordenados pelas concessionárias, como os das bacias dos rios Teles Pires, Trombetas e Ji-Paraná; nos trabalhos envolvendo diretamente o projeto do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte e nos demais acordos de cooperação técnica da empresa.
- Análises técnico-orçamentárias dos aspectos ambientais de projetos de geração e transmissão submetidos à apreciação para fins de financiamento, participação societária ou inclusão no Programa de Pequenas Centrais Hidrelétricas.
- Gerenciamento de Estudos Técnicos com a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE/UFRJ), compreendendo os seguintes projetos: Gases estufa/CHE Belo Monte; Gases estufa/Inventário do Parque Térmico; e Dire-



trizes de Gestão de Centrais Térmicas para Subsidiar uma Agenda Ambiental do Setor Elétrico.

- Cooperação com o Ministério das Minas e Energia para implantação da Lei nº 10.295, de 17/10/2001, que trata da Política Nacional de Eficiência Energética.
- Acompanhamento das atividades da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), do Ministério da Saúde, relativamente à regulamentação da exposição do ser humano a campos elétricos e magnéticos.

Uso múltiplo das águas

No campo do uso múltiplo das águas, a ELETROBRÁS desenvolveu em 2002 as seguintes atividades:

- análise dos efeitos sobre o setor elétrico das mudanças institucionais e legais introduzidas pela Política Nacional de Recursos Hídricos;

- desenvolvimento de estudos sobre recursos hídricos, em cooperação técnica com outros usuários da água;
- participação na gestão da rede hidrometeorológica de interesse do setor elétrico, avaliando-a qualitativamente e planejando sua expansão e operação;
- coleta, análise e armazenagem de dados hidrosedimentológicos;
- análise da consistência de séries de vazões, estudos de cheia, estudos de remanso, evaporação e vida útil de reservatórios;
- avaliação dos polinômios de curvas cota x área x volume de reservatórios e curvas-chave de canais de fuga;
- análise dos estudos hidrometeorológicos de relatórios de aproveitamentos hidrelétricos, nas fases de viabilidade e projeto básico.



Diretoria

31/12/02

30/4/03

Conselho de Administração

Francisco Luiz Sibut Gomide

Altino Ventura Filho

Luiz Vianna Neto

Silvano Gianni

Euclides Girolamo Scalco

Maria Elizabeth Domingues Cechin

Pietro Erber

Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho

Dilma Vana Rousseff

Luiz Pinguelli Rosa

Ronaldo Schuck

Rogério da Silva

Otaviano Canuto dos Santos Filho

Maria da Conceição de Almeida Tavares

Glauco Antônio Truzzi Arbix

Isabel da Silva Ramos Kimmelmeier

Darc Antônio da Luz Costa

Conselho Fiscal

Antônio de Pádua Ferreira Passos

Ricardo de Gusmão Dornelles

Arlinda Ivone Toledo de Menezes

Isabel da Silva Ramos Kimmelmeier

Kurt Janos Toth

Antônio de Pádua Ferreira Passos

Ricardo de Gusmão Dornelles

Oswaldo Petersen Filho

Beatriz Oliveira Fortunato

Kurt Janos Toth

Diretoria Executiva

Altino Ventura Filho

Nereu Ramos Neto

Márcio Pereira Zimmermann

Roberto Garcia Salmeron

Saulo José Nascimento Cisneiros

Luiz Pinguelli Rosa

Alexandre Magalhães da Silveira

Valter Luiz Cardeal de Souza

Roberto Garcia Salmeron

José Drumond Saraiva

31/12/02

Chefes de Departamento

Afrânio B. de Alencar Matos Filho

Alberto Galvão Moura Jardim

Amílcar Gonçalves Guerreiro

Antônio Carlos G. Rodrigues

Antônio Frederico P. da Silva

Antônio Varejão de Godoy

Arnaldo dos Santos Cebolo

Carlos Alberto d'Oliveira

Carlos Wagner Pacheco

Celina Maria de M. Brinckmann

Cláudio dos Santos Bertini

Egídio Schoenberger

Fernando Luiz Restum Pertusier

Franca Di Sabato Guerrante

Francisco Ribeiro Rego

Ione Maria Torres de Araujo

João Paulo Pombeiro Gomes

Jorge José Teles Rodrigues

José Alcindo Lustosa Maranhão

José Carlos Muniz de Brito Filho

Luciano Nobre Varella

Luiz Manoel Claro Soares

Marcelo Sili Reis

Marcos Simas Parentoni

Marcos Spagnol

Maria Aparecida A. P.S. Fagundes

Marilza Elizardo Brito

Mary Annie Cairns Guerrero

Mauro Ramos Massa

Paulo Roberto de Holanda Sales

Paulo Roberto Nunes Mandarino

Paulo Roberto Santos Silveira

Paulo Sérgio Petis Fernandes

Pedro Paulo da Cunha

Péricles de Amorim Figueiredo

Renato Pereira Mahler

Renato Soares Sacramento

Ricardo Chagas de Oliveira

Rodrigo Madeira H. de Araujo

Rogério Nunes Pinto Nogueira

Sérgio Bondarovsky

Sidney do Lago Júnior

Sônia Regina Jung

Vasco Soares da Costa

30/04/03

Chefes de Departamento

Afrânio B. de Alencar Matos
Alberto Galvão Moura Jardim
André Roberto Spitz
Antônio Carlos G. Rodrigues
Antônio Frederico P. da Silva
Arnaldo dos Santos Cebolo
Artur Obino Neto
Breno Pinto Figueiredo
Carlos Alberto d'Oliveira
Celina Maria de M. Brinckmann
Cláudio dos Santos Bertini
Djalma Mosqueira Falcão
Dominique Antunes Ribeiro
Egídio Schoenberger
Fernando Luiz Restum Pertusierded
Francisco Ribeiro Rego
George Alves Soares
Henrique Couto Ferreira Mello
Ivan Adhemar de Carvalho
João Paulo Pombeiro Gomes
Jorge José Teles Rodrigues
José Alcindo Lustosa Maranhão
José Carlos Muniz De Brito
Klaudius da Rocha
Luciano Nobre Varella
Luís Fernando Machado Martins
Luiz Augusto P.A. Figueira
Luiz Eugênio C. da R. Silva
Luiz Manoel Claro Soares
Marcelo Sili Reis
Marcos Simas Parentoni
Marcos Spagnol
Maria Aparecida A. P.S. Fagundes
Marilza Elizardo Brito
Mário A. Calliari Grazziotin
Mário Jorge Daher
Mary Annie Cairns Guerrero
Maurício Carvalho Mazzini
Mauro Ramos Massa
Paulo Roberto de Holanda Sales
Paulo Roberto Nunes Mandarino
Paulo Roberto Rodrigues
Paulo Sérgio Petis Fernandes
Pedro Paulo da Cunha
Renato Pereira Mahler
Renato Soares Sacramento
Rodrigo Madeira H. de Araújo
Rogério Nunes Pinto Nogueira
Sérgio Barbosa de Almeida
Sérgio Bondarovsky
Sidney do Lago Júnior
Sílvia Mourthe Valadares
Sônia Regina Jung
Tatiana Parizzi de Andrade
Vasco Soares da Costa

31/12/02

Chefes de Divisão

Alecir Ângelo Gomes Coelho

Álvaro José Fonseca Bernardes

Ângelo Antônio Carillo

Arlete Rodarte Neves

Arlindo Soares Castanheira

Ayrton José Ferreira Filho

Carlos Henrique da Silva

Carlos Henrique Sampaio

Carol Sampaio Diogo Vieira

Cecília de Salles Vance

Célia Salama Andrade

Cícero Portela Braga

Cláudio José de O. Magalhães

Denise Conceição Nunes de Lima

Denise Cunha d'Angelo Palácio

Domingos Costa Azevedo Filho

Fernando Antônio Lopes

Fernando Evelson R. S. Mendonça

Fernando Swami Thomas Martins

George Alves Soares

Gilmar da Silva

João Vicente Amato Torres

Jorge de Oliveira Camargo

José da Rocha Goncalves

Júlio César Gonçalves Trindade

Klaudius da Rocha Dib

Ligía Maria Martins Cabral

Liliana Neves Cordeiro Mello

Lúcia de Oliveira Ribeiro

Lúis Yoshihiro Guenka

Luiz Augusto P. A. Figueira

Luiz Ernesto Areias

Luiz Octávio Faria B. Vieira

Marcelo Lobo de O. Figueiredo

Marcelo Machado Barroso

Marco Aurélio Orrego C. E. Silva

Marcos de Queiroz Lima

Marcos Zanoni Hausen

Maria Antonieta Rossatto

Mário Jorge Daher

Mauro Kopke do Carmo

Nilo César de Oliveira

Paulo César de Almeida

Paulo César Fraga de Carvalho

Paulo de Barros

Paulo Fernando V. Souto Rezende

Paulo Roberto Miguez B. Silva

Renata Leite Falcão

Ricardo Campos Marques

Ricardo Valadares Pessoa

Roberto Rezende Guedes

Rogério César Neves Aranha

Rogério Neves Mundim

Sérgio Mauro Peixoto Arruda

Solange Balbi Cerveira Reis

Solange Nogueira Puente Santos

Teresa Cristina M. Pinho Luzes

Vera Maria Van Erven Formiga

Wilson Garcia de Souza

30/04/03

Chefes de Divisão

Alecir Ângelo Gomes Coelho

Álvaro José Fonseca Bernardes

Ângelo Antônio Carillo

Arlete Rodarte Neves

Arlindo Soares Castanheira

Ayrton José Ferreira Filho

Carlos Henrique da Silva

Carlos Henrique Sampaio

Carol Sampaio Diogo Vieira

Cecília de Salles Vance

Célia Salama Andrade

Cícero Portela Braga

Cláudio José de O. Magalhães

Denise Conceição Nunes De Lima

Denise Cunha d'Angelo Palácio

Domingos Costa Azevedo Filho

Fernando Antônio Lopes

Fernando Evelson R. S. Mendonça

Fernando Pinto Dias Perrone

Fernando Swami Thomas Martins

Gilmar da Silva

João Vicente Amato Torres

Jorge de Oliveira Camargo

José da Rocha Gonçalves

Júlio César Goncalves Trindade

Lígia Maria Martins Cabral

Liliana Neves Cordeiro Mello

Lúcia de O. Garcia Ferreira

Lúcia de Oliveira Ribeiro

Luís Yoshihiro Guenka

Luiz Ernesto Areias

Luiz Octávio Faria B. Vieira

Marcelo Lobo de O. Figueiredo

Marcelo Machado Barroso

Marco Aurélio Orrego C. E Silva

Marcos dDe Queiroz Lima

Maria Antonieta Rossatto

Mauro Kopke do Carmo

Moacyr Pereira Dos Santos

Nilo César de Oliveira

Paulo César de Almeida

Paulo César Fraga de Carvalho

Paulo Fernando V. Souto Rezende

Paulo Roberto Miguez B. Silva

Renata Leite Falcão

Ricardo Campos Marques

Ricardo Oliveira Lopes Serrano

Ricardo Valadares Pessoa

Roberto Rezende Guedes

Rogério Neves Mundim

Sérgio Mauro Peixoto Arruda

Solange Balbi Cerveira Reis

Solange Nogueira Puente Santos

Teresa Cristina M. Pinho Luzes

Vera Maria Van Erven Formiga

Virgílio da Silva Gaspar

Wagner Montoro Júnior

Glossário

- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- ANDE – Administración Nacional de Eletricidad
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
- BBV – Banco Bilbao Viscaya Argentaria
- BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BNDESPAR – Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social Participações
- CCC – Conta de Consumo de Combustíveis
- CCC-ISOL - Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados
- CCPE – Comitê Coordenador de Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos
- CDE – Conta de Desenvolvimento Energético
- CEAL – Companhia Energética de Alagoas
- CEAM – Companhia Energética do Amazonas
- CEPEL – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
- CEPISA – Companhia Energética do Piauí
- CERON – Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
- CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
- CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
- CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
- CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
- CTEM – Comitê Técnico de Estudos de Mercado
- CTSI – Comitê Técnico dos Sistemas Isolados
- EATE – Empresa Amazonense de Transmissão de Energia
- ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão
- ELETROACRE – Companhia de Eletricidade do Acre
- ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
- ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
- ELETRONUCLEAR – ELETROBRÁS Termonuclear S.A.
- ELETROSUL – Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A.
- EPTE – Empresa Paraense de Energia Elétrica
- FINEL – Fundo de Financiamento da Eletrobrás
- FND – Fundo Nacional de Desestatização
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
- FURNAS – Furnas Centrais Elétricas S.A.
- GTON – Grupo Técnico Operacional da Região Norte
- IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IIRSA – Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana
- INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
- ITAIPIU – Itaipu Binacional
- LIGHTPATR – Light Participações S.A.
- LUZ NO CAMPO – Programa Nacional de Eletrificação Rural
- MAE – Mercado Atacadista de Energia
- MANAUS – Manaus Energia S.A.
- MBA – Master Business Administration
- MME – Ministério de Minas e Energia
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PNCE – Programa Nacional de Pequenas Centrais Elétricas

PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

PRODESPO – Programa de Desenvolvimento de Pessoal de Operação

PROINFA – Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

RELUZ – Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente

RGR – Reserva Global de Reversão

SIAGE – Sistema de Acompanhamento de Gestão Empresarial

SIESE – Sistema de Informações Empresariais do Setor de Energia Elétrica

UFIR – Unidade Fiscal de Referência

UTE – Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas

UTE – Usina Termeleétrica

COORDENAÇÃO GERAL

Dominique Antunes Ribeiro

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Franca Di Sabato Guerrante

REDAÇÃO

Terezinha Costa

REVISÃO

Marcelo Bessa

FOTOS

Arquivo Eletrobrás, Agência Tyba, Agência Documenta, Soma Foto

PROJETO GRÁFICO

Traço Design

IMPRESSÃO

Leograf

Departamento de Comunicação da Eletrobrás

Av. Presidente Vargas 409 - 17º andar

Tel. 2514-6042 - Cep 20071-003

Demonstrações Financeiras
2002



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2002

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração da ELETROBRÁS, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002. Destacamos, a seguir, as principais ações e atividades que foram desenvolvidas ao longo do ano.

Mercado de Energia Elétrica

O montante total de energia faturada pelas concessionárias em 2002 foi de 290.466 GWh, resultando em crescimento de apenas 2,5% em relação a 2001, que foi um ano de baixo consumo devido ao racionamento.

A classe residencial foi a única que decresceu em relação a 2001, com taxa de -1,3%, devido a fatores como o aumento das tarifas de energia elétrica e o aprendizado de racionalização do uso da energia com o recente racionamento.

Em relação ao consumo industrial, destaca-se que o crescimento de 4,2% em relação a 2001 não foi maior devido, em parte, ao baixo crescimento da produção da indústria brasileira, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 2,4%. Um outro fator explicativo para este resultado foi o fato de alguns grandes consumidores industriais de energia elétrica terem optado pela autoprodução.

O segmento comercial, que representa cerca de 15,6% do mercado total, cresceu 1,8%, e o agregado das demais classes de consumo, que engloba a classe rural, o poder público, a iluminação pública, o serviço público e o consumo próprio, obteve um incremento de 5,3%.

Ao final de 2002 foi atingido um atendimento de 43,8 milhões de residências, representando uma expansão de 4,6%. Como o consumo residencial decresceu e o número de consumidores desta classe continuou se expandindo, o consumo médio residencial, que era de 146 kWh/mês em 2001, caiu para 138 kWh/mês em 2002.

Na tabela seguinte é apresentado o comportamento do mercado no ano de 2002, por sub-sistema e classe de consumo.

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA TAXAS DE CRESCIMENTO (%) - 2002/2001

SUB-SISTEMA	CLASSE DE CONSUMO				TOTAL
	RESIDENCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	OUTROS	
Norte interligado	2,7	16,7	5,6	5,6	12,8
Norte isolado	2,7	12,3	8,0	9,7	7,2
Nordeste	-0,7	6,3	2,5	5,8	3,8
Sudeste	-2,7	1,0	0,4	5,5	0,5
Centro-Oeste	1,7	13,1	6,3	8,6	6,8
Sul	0,0	4,3	3,1	2,7	2,7
Brasil	-1,3	4,2	1,8	5,3	2,5

Investimentos

Durante o exercício de 2002, foram aplicados pela Eletrobrás e empresas controladas, além de Itaipu, recursos de R\$ 3,5 bilhões, sendo 49,0 % em projetos de Geração, 44,8% em projetos de Transmissão e, 6,2 % em Pesquisas e Infra-Estrutura. Nas empresas de investimento temporário foram aplicados R\$ 104,4 milhões. Em Itaipu foram investidos R\$ 233,4 milhões na implantação de duas novas turbinas.

Destacaram-se os seguintes projetos do Sistema Elétrico:

EMPRESAS	EM R\$ MILHÕES	
	REALIZADO ATÉ DEZEMBRO	
ELETROBRÁS		11,6
CEPEL		6,2
EMPRESAS CONTROLADAS		
FURNAS		1.224,7
ELETRONORTE		1.088,8
SUBSIDIÁRIAS INTEGRAIS DA ELETRONORTE		
MANAUS		58,5
BOAVISTA		6,3
CHESF		505,3
ITAIPU		233,4
ELETRONUCLEAR		210,5
ELETROSUL		176,0
CGTEE		9,0
LIGHTPAR		0,1
TOTAL		3.530,4
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS		
CEAM		39,5
CEAL		22,9
CERON		22,7
CEPISA		13,4
ELETROACRE		5,9
TOTAL		104,4

FURNAS

Implantação do Sistema de Transmissão Batéias-Ibiúna – R\$ 260,2 milhões

Implantação do ciclo combinado da UTE Santa Cruz – R\$ 216,0 milhões

Implantação do Sistema de Transmissão Tijuco Preto e ampliação da subestação – R\$ 141,1 milhões

Implantação da subestação Samambaia – R\$ 76,6 milhões

ELETRONORTE

Ampliação da UHE Tucuruí – R\$ 715,7 milhões

Expansão do Sistema de Transmissão de Mato Grosso – R\$ 154,9 milhões

Implantação do Sistema de Transmissão Acre-Rondônia – R\$ 70,1 milhões

CHESF

Implantação do Sistema de Transmissão no Nordeste – R\$ 134,6 milhões

Ampliação da Capacidade da UTE Camaçari – R\$ 127,0 milhões

Implantação do Sistema de Transmissão Presidente Dutra – R\$ 89,0 milhões

Irrigação de áreas do reassentamento de Itaparica – R\$ 71,1 milhões

ITAIPU

Instalação das turbinas 9A e 18A com potência instalada de 700 MW cada, previstas para entrar em funcionamento no primeiro semestre de 2004 – R\$ 233,4 milhões

ELETRONUCLEAR

Melhorias buscando a otimização da produção das Usinas de Angra I e II – R\$ 147,9 milhões

ELETROSUL

Implantação de Sistema de Transmissão no Sul – R\$ 147,1 milhões

Captação de Recursos

RATING DA ELETROBRÁS

No ano de 2002, foi confirmado o rating da Eletrobrás em escala global, na classificação de: BB para moeda local e B+ para estrangeira, equivalente ao rating da República Federativa do Brasil (rating soberano).

CONTRATAÇÃO DE US\$ 150,000,000

Em fevereiro de 2002, o Banco Central do Brasil credenciou a ELETROBRÁS a contratar operação de crédito externo no montante de até US\$ 110 milhões na modalidade empréstimo sindicalizado, liderado pela Corporación Andina de Fomento – CAF e pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA.

Devido ao sucesso e à receptividade do mercado financeiro internacional, as ofertas de participação para formação do sindicato de bancos ultrapassaram o teto programado. Assim sendo, foi ampliado o volume de participações em US\$ 40 milhões, o que elevou o teto da operação para US\$ 150 milhões.

O desembolso dos recursos ocorreu em sua totalidade em 11 de abril de 2002, compreendido por:

- **A Loan:** US\$ 30,000,000 (CAF)
- **B Loan:** US\$ 120,000,000 (Sindicato Bancos)

A taxa de juros ficou em 4% a.a. acima da Libor e o vencimento em 3 (três) anos (abril 2005).

Originalmente denominada um "syndicated loan", a operação foi estruturada sob a forma de um "A/B Loan" praticado pela primeira vez no País pela CAF, se configurando extremamente atrativa por trazer benefício adicional para a Eletrobrás sob a forma de isenção de imposto de renda.

Relações com Investidores

BASE ACIONÁRIA

A posição da União não se alterou desde 31 de dezembro de 2001. O BNDESpar aumentou um pouco sua participação em 1,01%. A participação dos acionistas minoritários teve uma redução de 0,45%.

ACIONISTAS	CAPITAL EM 31/12/2002		% CAPITAL	
	QUANT. AÇÕES	VALOR	TIPO/CLASSE	TOTAL
ORDINÁRIAS	452.511.763.550	17.352.962.561,67	100,00	84,19
UNIÃO	264.328.120.835	10.136.478.991,97	58,41	49,18
FND	22.810.794.898	874.750.452,37	5,04	4,24
BNDESPAR	65.589.960.070	2.515.249.797,24	14,49	12,20
OUTROS	99.782.887.747	3.826.483.320,09	22,05	18,56
PREF. A	73.460.000	2.817.050,81	100,00	0,01
OUTROS	73.460.000	2.817.050,81	100,00	0,01
PREF. B	84.917.297.330	3.256.416.297,00	100,00	15,80
UNIÃO	17.592.868.180	674.652.920,59	20,72	3,27
BNDESPAR	532.937.780	20.437.146,81	0,63	0,10
OUTROS	66.791.491.370	2.561.326.229,61	78,65	12,44
TOTAL	537.502.520.880	20.612.195.909,48		100,00

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE ADR

As ações da ELETROBRÁS são negociadas no mercado de balcão americano, desde 1995, sob a forma de ADR's nível I com dois programas, sendo um para ações ordinárias e outro para preferenciais "B", com o seguinte saldo de títulos em 31/12/2002:

	2002	2001	VARIAÇÃO %
ORDINÁRIAS	95.200.000.000	53.615.663.500	77,5
PREFERENCIAIS "b"	22.200.000.000	6.107.838.000	263,5

COTAÇÃO DE PREF. SERIE B

MÊS	COTAÇÃO MÉDIA	MÉDIA
	US\$	VOLUME DIÁRIO
Jan/2002	5,9287	37.500
Fev/2002	7,0500	198.700
Mar/2002	7,9125	80.800
Abr/2002	7,6125	90.200
Mai/2002	4,6250	255.700
Jun/2002	4,5000	200.000
Jul/2002	4,1000	92.900
Ago/2002	3,4750	133.300
Set/2002	3,0600	25.100
Out/2002	2,1375	68.050
Nov/2002	2,6000	18.700
Dez/2002	2,9256	15.709

COTAÇÃO DE ORDINÁRIAS

MÊS	COTAÇÃO MÉDIA	MÉDIA
	US\$	VOLUME DIÁRIO
Jan/2002	6,6250	295.000
Fev/2002	7,8688	116.350
Mar/2002	8,8425	111.300
Abr/2002	8,4500	80.050
Mai/2002	6,5000	120.550
Jun/2002	5,5250	140.800
Jul/2002	4,5500	161.050
Ago/2002	3,3050	152.100
Set/2002	2,9125	86.650
Out/2002	2,0525	116.400
Nov/2002	2,5650	97.950
Dez/2002	2,9700	45.959

Comercialização de Energia

Com a publicação da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que alterou dispositivo da Lei nº 5.899, de 05 de julho de 1973, que dispõe sobre a aquisição e repasse dos serviços de eletricidade da ITAIPU, a ELETROBRÁS foi designada Agente Comercializador de Energia de ITAIPU, ficando encarregada de realizar, no Brasil, a comercialização da totalidade dos serviços de eletricidade daquela usina. O dispositivo em tela foi regulamentado pelo Decreto nº 4.550, de 27.12.02 e a comercialização desta energia passa a vigorar a partir de 2003. Anteriormente, a comercialização da energia de Itaipu era realizada, por Furnas e Eletrosul, ambas subsidiárias da Eletrobrás.

RESULTADO DA EMPRESAS (EM R\$ MILHARES)

CONTROLADAS

EMPRESA	2002		2001	
	RESULTADO DO EXERCÍCIO	EBITDA	RESULTADO DO EXERCÍCIO	EBITDA
FURNAS	540.314	1.653.157	830.686	1.819.693
CHESF	79.447	1.656.208	(103.683)	1.221.317
ELETRONORTE	(1.096.118)	689.965	(58.703)	573.425
ELETROSUL	58.324	212.780	92.964	104.794
ELETRONUCLEAR	(1.146.244)	80.416	(155.566)	299.820
CGTEE	(9.662)	50.406	(17.646)	57.180

ENERGIA SUBSIDIADA

Os cerca de trezentos Sistemas Isolados, localizados principalmente na Região Norte atendem a uma área estimada em 45% do território nacional. A área é distribuída em pequenos núcleos isolados de serviços de eletricidade e as condições de atendimento são significativamente mais precárias, por não disporem das vantagens resultantes da operação na forma interligada.

O parque Gerador dos Sistemas Isolados totaliza 2.900 MW, dos quais apenas 534 MW correspondem a usinas hidrelétricas (Samuel 216 MW, Coaracy Nunes 68 MW e Balbina 250 MW). Em função da predominância do parque gerador termelétrico tem-se, um consumo bastante elevado de óleo diesel (cerca de 98% do consumo do país para esse fim).

A ELETRONORTE e suas subsidiárias integrais (Boa Vista Energia e Manaus Energia), além da CEAM, são responsáveis pelo atendimento de 94% da necessidade dos Sistemas Isolados da Região Norte, por meio de geração própria (47,6%), compra de energia de produtores independentes (48,0%) e importação de energia da Venezuela (4,4%).

O sistema isolado representa perda para Eletronorte, em função do alto custo de geração de energia na região norte, do custo da energia comercializada, proveniente da energia térmica comprada pela empresa junto a produtores independentes e da energia hidroelétrica oriunda da Venezuela, para abastecimento do mercado de Roraima.

INVESTIMENTO TEMPORÁRIO

EMPRESA	2002		2001	
	RESULTADO DO EXERCÍCIO	EBITDA	RESULTADO DO EXERCÍCIO	EBITDA
CEAM	(79.114)	(55.594)	(62.019)	(42.017)
CEPISA	(216.837)	(40.563)	(63.443)	10.363
CERON	(219.869)	(42.248)	(85.472)	5.762
ELETROACRE	(56.853)	(14.545)	(4.625)	2.936
CEAL	(64.869)	24.645	(54.913)	(21.536)

	MWH	R\$ MIL	TARIFA MÉDIA DE COMPRA - R\$	TARIFA MÉDIA DE VENDA - R\$
Importada da Venezuela	415.421	83.819	201,76881	83,59
Produtor Independente (*)	1.304.983	112.069	85,87775	51,33
Mercado Atacadista de Energia - MAE	-	70.618		
TOTAL	1.720.404	266.506	154,90896	

Nota: (*) Custo da energia comprada não inclui despesas de combustível (equivalente hidráulico + ICMS)

Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL é o centro tecnológico de excelência do setor elétrico brasileiro, tendo como principal mantenedora a ELETROBRÁS, e como missão contribuir para o permanente aprimoramento e adequação dos serviços de energia elétrica no País, alcançando novos padrões de qualidade e custo mediante ações de pesquisa, desenvolvimento, promoção e transferência de tecnologia.

Utilizando sua infra-estrutura laboratorial, de porte único no hemisfério Sul, o CEPEL conduziu pesquisas nas áreas de equipamentos elétricos, diagnósticos e monitoramento em instalações de geração, transmissão e distribuição, e em novas tecnologias, como supercondutividade. Além disso, os laboratórios ampliaram seu papel

de prestação de serviços à indústria nacional de equipamentos elétricos, que os utiliza para os ensaios de desenvolvimento, certificação e aceitação de seus produtos. O CEPEL tem também dado suporte à inserção de fontes renováveis de energia no país, tendo priorizado a ampliação de sua capacidade de pesquisa e desenvolvimento nessa área.

Reserva Global de Reversão - RGR

Na condição de gestora dos recursos oriundos da Reserva Global de Reversão – RGR, conforme legislação em vigor, a ELETROBRÁS aplicou no exercício financeiro de 2002, o montante de R\$ 1.360,8 milhões, em diversas linhas de créditos e programas de obras das empresas Controladas, Federalizadas, Coligadas e Privadas do Setor Elétrico.

A movimentação, os ingressos e aplicações desses recursos, ocorridos durante o ano de 2002, estão apresentados a seguir:

INGRESSOS E APLICAÇÕES

MOVIMENTAÇÃO	R\$ MILHÕES
SALDO INICIAL	994,5
INGRESSOS	1.231,8
Arrecadação de quotas	990,1
Outros	241,7
APLICAÇÕES	1.384,7
Financiamentos	1.360,8
Contribuição ANEEL	20,0
Outras	3,9
SALDO FINAL	841,6

APLICAÇÃO POR REGIÃO

Em observância ao que estabelecem os diplomas legais, a ELETROBRÁS investiu 76% dos recursos da RGR, em programas de obras das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme demonstrado a seguir:

REGIÃO	2002	
	R\$	%
NORTE	721,2	53
NORDESTE	267,1	20
CENTRO-OESTE	45,7	3
SUL	116,1	9
SUDESTE	210,7	15
TOTAL	1.360,8	100

LINHAS DE CRÉDITO

Os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, aplicados pela ELETROBRÁS em 2002, no montante de R\$ 1.360,8 milhões, concentraram-se, basicamente, nos programas abaixo relacionados.

PROGRAMA	R\$ MILHÕES	PARTICIPAÇÃO %
1 LUZ NO CAMPO	297,0	22
2 RELUZ	36,0	3
3 BAIXA RENDA	173,0	13
4 AÇÕES PRIORITÁRIAS	609,9	44
5 EMERGENCIAL	68,9	5
6 PNCE	17,7	1
7 OUTROS	158,3	12
TOTAL	1.360,8	100

1. LUZ NO CAMPO

O Programa Nacional de Eletrificação Rural - "Luz no Campo", tem como objetivo levar energia elétrica ao meio rural brasileiro, criando condições para o desenvolvimento sócio-econômico daquele segmento da população.

2. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - "ReLuz", tem como objetivo alcançar a melhoria da eficiência energética dos sistemas de iluminação pública existentes, em diferentes municípios localizados na área de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica.

3. BAIXA RENDA

A concessão de financiamento às concessionárias de distribuição de energia elétrica, com recursos da RGR, para atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, foi definida pelo Decreto Presidencial nº 4.336 de 15/08/2002, e regulamentada pela Resolução nº 491 da ANEEL de 30/08/2002, e visa compensar aquelas empresas pela redução das respectivas receitas, com consumidores entre 80 e 220 kWh/mês.

O valor total estimado pela ANEEL a ser financiado é de R\$ 800,5 milhões, sendo que no ano de 2002 foram efetivamente liberados R\$ 173,0 milhões.

4. AÇÕES PRIORITÁRIAS

Foram liberados à ELETRONORTE recursos destinados à execução de projetos contemplados em seu Programa de Ações Prioritárias, sendo R\$ 489,0 milhões para a expansão da UHE Tucuruí, 2ª etapa – unidades 13 a 23, e R\$ 120,9 milhões, destinados à implantação do Sistema de Transmissão Jaurú / Coxipó e Presidente Dutra / Peritoró.

5. EMERGENCIAL, PNCE E OUTRAS APLICAÇÕES

Foram liberados recursos da RGR às empresas concessionárias, no valor de R\$ 68,9 milhões para utilização no Programa de Investimentos Emergências de Pequeno Porte e de Curto Prazo e R\$ 17,7 milhões, destinados ao Programa Nacional de Pequenas Centrais Elétricas - PNCE.

Encerrando o ciclo de liberações em 2002, foram liberados, ainda, R\$ 158,3 milhões, sendo R\$ 51,1 milhões destinados a projetos de Transmissão, Subtransmissão, Distribuição e Melhoria dos Sistemas e R\$ 107,2 milhões para Programas Emergências de atendimento à Sistemas Isolados da Região Norte, tais como, Ampliação/Revitalização de Parques Térmicos, Parques Distribuidores, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (EM R\$ MILHARES)

	DISTRIBUIÇÃO		DISTRIBUIÇÃO	
	2002	%	2001	%
1 RECEITAS (DESPESAS)				
1.1 Empréstimos e financiamentos concedidos	13.978.192	216,72	6.323.726	98,04
1.2 Provisão para devedores duvidosos	(906.901)	14,06	-	-
1.3 Não operacionais	(741.839)	(11,50)	(571.405)	(8,86)
2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2.1 Matérias primas consumidas	-	-	-	-
2.2 Custo dos empréstimos e financiamentos obtidos	(3.286.914)	(50,96)	(1.143.246)	(19,97)
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(493.675)	(7,65)	(102.794)	(1,80)
2.4 Perda/recuperação de valores ativos	(286.761)	(4,45)	-	-
3 VALOR ADICIONADO BRUTO	8.262.102	128,10	4.506.281	78,72
4 RETENÇÕES				
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	(7.791)	(0,12)	(2.822)	(0,05)
5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	8.254.311	127,98	4.503.459	78,67
6 VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6.1 Resultado de equivalência patrimonial	(2.944.997)	(45,66)	681.746	11,91
6.2 Receitas financeiras	1.140.572	17,68	539.012	9,42
	(1.804.425)	(27,98)	1.220.758	21,33
7 VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	6.449.886	100,00	5.724.217	100,00
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos	77.012	1,19	137.449	2,40
Impostos, taxas e contribuições	3.420.046	53,03	1.100.247	19,22
Juros e aluguéis	1.852.488	28,72	1.235.185	21,58
Dividendos e juros sobre capital próprio	425.000	6,59	1.448.328	25,30
Lucros retidos	675.340	10,47	1.803.008	1,50
	6.449.886	100,00	5.724.217	100,00

BALANÇO SOCIAL (EM R\$ MILHARES)

1 BASES DE CÁLCULO	2002	2001
1.1 Faturamento Bruto	8.385.120	7.237.835
1.2 Lucro Operacional	4.593.558	4.731.754
1.3 Folha de Pagamento Bruta	63.024	68.320

2 INDICADORES LABORIAIS	2002			2001		
	VALOR	% SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA	% SOBRE LUCRO OPERACIONAL	VALOR	% SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA	% SOBRE LUCRO OPERACIONAL
2.1 Alimentação	2.910	4,62	0,06	2.743	4,01	0,06
2.2 Encargos Sociais Compulsórios	11.455	18,18	0,25	8.801	12,88	0,19
2.3 Previdência Privada	8.773	13,92	0,19	6.936	10,15	0,15
2.4 Saúde	3.792	6,02	0,08	3.624	5,30	0,08
2.5 Educação	3.057	4,85	0,07	3.923	5,74	0,08
2.6 Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados	9.500	15,07	0,21	2.345	3,43	0,05
2.7 Outros Benefícios	1.953	3,10	0,04	1.732	2,54	0,04
Total - Indicadores Laboriais (2.1 a 2.7)	41.440	65,75	0,90	30.104	44,06	0,64

3 INDICADORES SOCIAIS	2002			2001		
	VALOR	% SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA	% SOBRE LUCRO OPERACIONAL	VALOR	% SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA	% SOBRE LUCRO OPERACIONAL
3.1 Impostos (excluídos encargos sociais)	3.371.240	5.349,14	73,39	1.059.314	1.550,52	22,39
3.2 Contribuição p/a Sociedade/ Investimentos na Cidadania	64.571	102,45	1,41	21.373	31,28	0,45
3.3 Investimentos em Meio Ambiente	12	0,02	0,00	96	0,14	0,00
Total - Indicadores Sociais (3.1 a 3.3)	3.435.823	5.451,61	74,80	1.080.783	1.581,94	22,84

4 INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2002	2001
	Nº DE EMPREGADOS	Nº DE EMPREGADOS
4.1 Nº de empregados ao final do período	799	700
4.2 Nº de admissões durante o período	112	4

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(EM R\$ MILHARES)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
CIRCULANTE				
Disponibilidades	351.545	652.725	1.682.505	2.313.411
Consumidores e revendedores	-	-	4.751.258	4.657.655
Financiamentos e empréstimos	3.189.829	2.720.096	939.965	958.752
Juros, comissões e taxas	1.598.991	1.676.055	97.424	404.566
Títulos e valores mobiliários	255.744	152.038	295.736	293.118
Créditos tributários	714.046	429.497	930.796	715.328
Almoxarifado	740	708	421.266	276.527
Remuneração dos investimentos	268.534	344.953	16.407	2.456
Devedores diversos	2.053	5.571	320.366	297.501
Conta de Consumo de Combustível - CCC	737.112	904.047	741.286	423.015
Créditos renegociados	445.794	371.855	141.450	73.603
Comercialização de energia elétrica - Itaipu	284.959	-	284.959	-
Outros	338.941	69.627	333.752	121.650
Despesas pagas antecipadamente	-	-	30.338	-
	<u>8.188.288</u>	<u>7.327.172</u>	<u>10.987.508</u>	<u>10.537.582</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Financiamentos e empréstimos	39.234.504	27.823.175	16.554.325	11.806.594
Títulos e valores mobiliários	730.587	815.753	1.107.238	1.025.840
Estudos e projetos	61.292	48.454	61.292	48.454
Concessões a licitar	233.570	242.481	247.841	256.736
Consumidores e revendedores	-	-	2.530.977	1.898.618
Créditos tributários	878.433	395.701	1.686.343	772.571
Investimentos temporários	14.932	841.303	14.932	841.303
Cauções e depósitos vinculados	38.335	36.818	240.731	156.146
Estoque de combustível nuclear	-	-	273.700	240.061
Outros	9.054	87.727	55.748	91.720
	<u>41.200.707</u>	<u>30.291.412</u>	<u>22.773.127</u>	<u>17.138.043</u>
Adiantamentos para participação societária	3.218.129	2.761.617	518.136	267.829
	<u>44.418.836</u>	<u>33.053.029</u>	<u>23.291.263</u>	<u>17.405.872</u>
PERMANENTE				
Investimentos	36.968.957	39.487.334	3.196.737	3.418.127
Imobilizado	6.165	14.025	84.007.733	72.647.082
Diferido	49	5.200	20.142	649.218
	<u>36.975.171</u>	<u>39.506.559</u>	<u>87.224.612</u>	<u>76.714.427</u>
	<u>89.582.295</u>	<u>79.886.760</u>	<u>121.503.383</u>	<u>104.657.881</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V e VI são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PASSIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	327.244	492.206	1.344.346	1.846.363
Encargos de financiamentos e empréstimos	74.826	53.413	139.262	87.510
Créditos de controladas	1.506.212	4.781	-	-
Conta de Consumo de Combustível - CCC	728.389	870.781	732.303	873.824
Fornecedores	32.898	11.823	3.464.825	3.242.783
Empréstimo compulsório	231.785	160.466	231.785	160.466
Obrigações estimadas	-	-	99.108	93.121
Remuneração aos acionistas	457.745	1.398.532	500.618	1.488.500
Tributos e contribuições sociais	772.489	745.408	1.446.710	1.492.077
Provisões para contingências	-	-	251.898	337.956
Remuneração e ressarcimento	-	-	311.227	285.102
Passivo atuarial	20.718	22.050	451.890	197.784
Outros	111.934	56.268	48.370	445.785
	<u>4.264.240</u>	<u>3.815.728</u>	<u>9.022.342</u>	<u>10.551.271</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Financiamentos e empréstimos	5.623.970	3.456.631	28.090.421	18.073.331
Créditos de controladas	-	1.034.269	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	3.979.650	2.488.439	3.979.650	2.488.439
Empréstimo compulsório	3.507.900	3.067.556	3.507.900	3.067.556
Tributos e contribuições sociais	3.189	39.564	902.145	830.069
Obrigações fiscais diferidas	4.034.064	1.093.421	4.307.640	1.377.333
Descomissionamento de usina nuclear	-	-	331.948	170.704
Provisões para contingências	917.231	519.925	1.717.076	1.116.290
Provisões para passivo a descoberto em investimentos	629.458	-	629.458	-
Passivo atuarial	68.064	84.510	2.137.555	2.139.413
Outros	3.667	1.193	27.492	252.105
	<u>18.767.193</u>	<u>11.785.508</u>	<u>45.631.285</u>	<u>29.515.240</u>
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA EM CONTROLADAS	-	-	298.894	305.846
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	20.612.196	20.612.196	20.612.196	20.612.196
Reservas de capital	23.418.790	22.716.098	23.418.790	22.716.098
Reservas de lucros	18.846.203	17.563.231	18.846.203	17.563.231
Lucros acumulados	1.938.601	1.938.601	1.938.601	1.938.601
	<u>64.815.790</u>	<u>62.830.126</u>	<u>64.815.790</u>	<u>62.830.126</u>
Adiantamentos para aumento de capital	1.735.072	1.455.398	1.735.072	1.455.398
	<u>66.550.862</u>	<u>64.285.524</u>	<u>66.550.862</u>	<u>64.285.524</u>
	<u>89.582.295</u>	<u>79.886.760</u>	<u>121.503.383</u>	<u>104.657.881</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V e VI são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$ MILHARES)**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
RECEITAS OPERACIONAIS				
Venda de energia elétrica	-	-	16.995.887	15.704.708
Subvenções - consumo de combustível	-	-	1.013.711	712.679
Acréscimo moratório sobre energia vendida	-	-	402.917	77.140
	-	-	18.412.515	16.494.527
Financiamentos e empréstimos:				
Juros, comissões e taxas	2.782.621	3.105.868	925.645	1.284.653
Variações monetárias líquidas	1.303.528	336.263	895.260	238.187
Variações cambiais líquidas	7.531.663	2.137.604	5.172.732	1.514.139
Participações societárias	(2.944.997)	681.746	(651.130)	52.948
Aplicações financeiras	218.704	301.058	393.098	406.656
Reversão de provisões	-	675.296	-	1.916.943
Outras	122.962	-	548.497	351.021
(-) PASEP e COFINS	(629.361)	(156.702)	(1.426.218)	(773.160)
	8.385.120	7.081.133	24.270.399	21.485.914
DESPESAS OPERACIONAIS				
Financiamentos e empréstimos	740.288	627.312	1.992.760	1.917.786
Pessoal, material e serviços	100.179	102.707	2.200.642	1.786.709
Depreciação e amortização	7.791	2.822	3.721.158	2.284.554
Encargos de parcelamento de tributos	12.116	30.543	290.693	290.616
Provisão - perdas em títulos e valores mobiliários	286.761	-	286.761	-
Provisão para contingências	397.305	586.470	619.430	842.464
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	906.901	-	1.504.070	-
Encargos sobre remuneração aos acionistas	1.151.846	760.599	1.151.846	764.596
Remuneração e ressarcimento	-	-	839.493	611.082
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	1.302.609	889.431
Encargos sobre uso da rede elétrica	-	-	83.599	40.559
Doações e contribuições	64.570	57.162	70.033	87.927
Energia comprada para revenda	-	-	5.115.170	6.276.582
Outras	123.805	181.764	570.992	595.461
	3.791.562	2.349.379	19.749.256	16.387.767
RESULTADO OPERACIONAL	4.593.558	4.731.754	4.521.143	5.098.147
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(741.839)	(571.406)	(777.754)	(726.239)
RESULTADO ANTES DO IR E CS	3.851.719	4.160.348	3.743.389	4.371.908
Contribuição social	(728.982)	(279.831)	(575.532)	(322.403)
Imposto de renda	(2.012.897)	(622.781)	(2.032.995)	(765.238)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	1.109.840	3.257.736	1.134.862	3.284.267
Participação nos lucros	(9.500)	(6.400)	(60.505)	(31.865)
Participação minoritária	-	-	25.983	(1.066)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.100.340	3.251.336	1.100.340	3.251.336
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	2,05	6,05		

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V e VI são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$ MILHARES)**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
ORIGENS				
Das operações - lucro líquido do exercício	1.100.340	3.251.336	1.100.340	3.251.336
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	7.791	2.822	3.721.158	2.284.554
Variações monetárias líquidas de longo prazo	(7.227.492)	(2.396.180)	(5.682.285)	(1.408.741)
Ajuste dos investimentos pelo valor patrimonial	2.944.997	(635.400)	651.130	-
Provisões de longo prazo	3.354.081	(31.688)	3.692.337	14.099
Participação minoritária no resultado	-	-	(25.983)	(1.066)
Provisão para perdas - investimentos	629.458	577.690	629.458	577.690
Acordo do setor - racionamento	-	-	-	(1.048.745)
Encargos financeiros incidentes sobre o patrimônio líquido	886.565	682.905	886.565	682.904
Plano de desligamento voluntário	-	-	-	67.993
Ativos fiscais diferidos	(478.704)	(175.061)	(913.772)	(175.061)
Outras	91.731	-	-	-
	<u>1.308.767</u>	<u>1.276.424</u>	<u>4.058.948</u>	<u>4.244.964</u>
De Acionistas	<u>741</u>	<u>962</u>	<u>53.543</u>	<u>50.620</u>
De Terceiros				
Financiamentos obtidos	349.770	123.803	920.620	132.606
Reserva Global de Reversão e Empréstimo compulsório	1.401.837	787.145	1.401.837	787.145
Transferência do circulante para o exigível a longo prazo	58.846	452.621	475.356	855.639
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante	2.543.988	3.887.446	2.141.792	2.431.128
Redução de ativos permanentes	7.708	94.280	183.215	144.071
Realização de investimento - JCP	487.510	492.179	-	-
Baixa de concessões a licitar	-	-	-	97.629
Venda de LFT's	623.102	560	623.102	122.303
	<u>5.472.761</u>	<u>5.838.034</u>	<u>5.745.922</u>	<u>4.570.521</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>6.782.269</u>	<u>7.115.420</u>	<u>9.858.413</u>	<u>8.866.105</u>
APLICAÇÕES				
Na aquisição de direitos e bens do imobilizado e em gastos diferidos	792	1.397	3.592.173	2.706.169
Em financiamentos e empréstimos concedidos	2.408.400	805.933	1.172.872	666.413
Em participação em empresas de energia elétrica	73.692	193.547	73.692	233.498
Em adiantamentos para participação societária	190.914	233.458	168.575	171.415
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	358.792	739.178	1.073.447	2.378.234
Remuneração aos acionistas	425.000	1.448.328	425.000	1.450.540
Transferência do circulante para o realizável a longo prazo	1.862.574	3.106.615	1.149.186	1.946.298
Transferência de créditos de controladas para o circulante	1.034.269	-	-	-
Outras	15.232	70.526	224.613	409.537
	<u>6.369.665</u>	<u>6.598.982</u>	<u>7.879.558</u>	<u>9.962.104</u>
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>6.369.665</u>	<u>6.598.982</u>	<u>7.879.558</u>	<u>9.962.104</u>
Variação do capital circulante	<u>412.604</u>	<u>516.438</u>	<u>1.978.855</u>	<u>(1.095.999)</u>
Demonstração da variação do capital circulante:				
Ativo circulante				
No início do exercício	7.327.172	6.031.776	10.537.582	9.135.693
No fim do exercício	<u>8.188.288</u>	<u>7.327.172</u>	<u>10.987.508</u>	<u>10.537.582</u>
Variação	<u>(861.116)</u>	<u>(1.295.396)</u>	<u>(449.926)</u>	<u>(1.401.889)</u>
Passivo circulante				
No início do exercício	3.815.728	3.036.770	10.551.271	8.053.383
No fim do exercício	<u>4.264.240</u>	<u>3.815.728</u>	<u>9.022.342</u>	<u>10.551.271</u>
Variação	<u>(448.512)</u>	<u>(778.958)</u>	<u>1.528.929</u>	<u>(2.497.888)</u>
Variação do capital circulante	<u>412.604</u>	<u>516.438</u>	<u>1.978.855</u>	<u>(1.095.999)</u>

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V e VI são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(EM R\$ MILHARES)

	CAPITAL SOCIAL (E)	RESERVAS DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIAS (A)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	20.612.196	22.716.098	1.248.443	11.322.806
Provisão p/ déficit atuarial - líquida de impostos:				
Controladora	-	-	-	-
Controladas	-	-	-	-
Encargos financeiros (d)	-	-	-	-
Recursos da UNIÃO	-	-	-	-
Realização de reserva	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Destinação do resultado:				
Constituição de reservas	-	-	162.567	1.658.181
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	20.612.196	22.716.098	1.411.010	12.980.987
Encargos financeiros (d)	-	-	-	-
Recursos da UNIÃO	-	282.678	-	-
CRC ativada - FURNAS (g)	-	420.014	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Destinação do resultado:				
Constituição de reservas	-	-	55.017	561.173
Remuneração aos acionistas	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	20.612.196	23.418.790	1.466.027	13.542.160

(a) O estatuto prevê a destinação de 50% do lucro líquido para a reserva de investimentos e de 1% para a reserva de estudos e projetos. Em 2002, foram apropriados R\$ 550.170 mil para a reserva de investimentos e R\$ 11.003 mil para a reserva de estudos e projetos. As Reservas estatutárias estão assim representadas: Estudos e Projetos - R\$ 202.897 mil (2001 - R\$ 191.894 mil); Investimentos - R\$ 13.328.182 mil (2001 - R\$ 12.778.012 mil) e Assistência Social - R\$ 11.081 mil (2001 - R\$ 11.081 mil).

(b) A realização dos lucros apropriados à reserva em anos anteriores, tem por base os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos no exercício.

(c) Conforme item "9" da Norma de Execução Conjunta nº 20/90, da Coordenadoria de Contabilidade do Tesouro Nacional.

(d) Os encargos financeiros se referem ao Decreto - lei nº 326/91 e Decreto nº 2.673/98.

RESERVAS DE LUCROS					TOTAL
LUCROS A REALIZAR (B)	DIVIDENDOS NÃO DISTRIBUÍDOS	RETENÇÃO DE LUCROS (F)	LUCROS ACUMULADOS	ADIANTAMENTOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (C)	
1.835.546	2.703.108	-	458.476	1.239.658	62.136.331
-	-	-	(11.804)	-	(11.804)
-	-	-	(325.877)	-	(325.877)
-	468.126	-	-	214.778	682.904
-	-	-	-	962	962
(1.835.546)	-	-	1.835.546	-	-
-	-	-	3.251.336	-	3.251.336
-	-	-	(1.820.748)	-	-
-	-	-	(1.448.328)	-	(1.448.328)
-	3.171.234	-	1.938.601	1.455.398	64.285.524
-	607.632	-	-	278.933	886.565
-	-	-	-	741	283.419
-	-	-	-	-	420.014
-	-	-	1.100.340	-	1.100.340
-	-	59.150	(675.340)	-	-
-	-	-	(425.000)	-	(425.000)
-	3.778.866	59.150	1.938.601	1.735.072	66.550.862

(e) Em atendimento ao disposto no Artigo 199, da Lei 6404/76, o excesso do saldo das Reservas de Lucros em relação ao Capital Social, estará sendo submetido aos acionistas, sendo intenção da administração da ELETROBRÁS propor sua capitalização.

(f) A parcela do lucro líquido do exercício, não distribuída, no valor de R\$ 59.150 mil, é parte integrante das fontes de recursos que compõem o orçamento de investimento da ELETROBRÁS, o qual será objeto de apreciação pela A.G.O. que irá deliberar sobre as demonstrações contábeis do exercício de 2002.

(g) Reserva de Capital reflexa (equivalência patrimonial), registrada nos termos da Lei 8.631/93 (ver Nota 5).

As notas explicativas e os anexos I, II, III, IV, V e VI são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2002 e de 2001

NOTA 1 | CONTEXTO OPERACIONAL

A ELETROBRÁS é uma empresa de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores, que tem por objeto realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; cooperar com o Ministério de Minas e Energia, na formulação da política energética do País; conceder financiamentos a empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica sob seu controle, e prestar garantia, no País ou no exterior, em seu favor, bem como adquirir debêntures de sua emissão; conceder financiamentos e prestar garantia, no País ou no exterior, em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa sob seu controle; promover e apoiar pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos; contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica brasileiro, bem como para a preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e assinar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas de cujo capital participe acionariamente e com órgãos do Ministério de Minas e Energia, além de administrar recursos setoriais, que financiam os programas do Governo Federal de eletrificação rural - Luz no Campo e o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ.

A ELETROBRÁS é acionista majoritária das empresas de geração e transmissão de energia elétrica FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE e CIA. HIDRO-ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF, todas incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND nos termos da Resolução 02/99, de 03 de fevereiro de 1999, do Conselho Nacional de Desestatização – CND, da EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL S.A. - ELETROSUL, da ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR e da COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE. A função básica dessas controladas é a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A empresa participa, também, na qualidade de acionista majoritário, da LIGHT PARTICIPAÇÕES S.A. – LIGHT-PAR e, em regime de controle conjunto, da ITAIPU BINACIONAL.

NOTA 2 | APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS ADOTADAS

I – SIGLAS DAS EMPRESAS REFERIDAS NESTAS NOTAS EXPLICATIVAS

CEAL	Companhia Energética de Alagoas
CEAM	Companhia Energética do Amazonas
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica - RS
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CELPA	Centrais Elétricas do Pará S.A.
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CEMAT	Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.
CEMIG	Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.
CEPISA	Companhia Energética do Piauí
CERON	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
CESP	Companhia Energética de São Paulo
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CTEEP	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
EATE	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
ELEJOR	Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.
ELETROACRE	Companhia de Eletricidade do Acre
ELMA	Eletropaulo Metropolitana S.A.
EMAE	Empresa Metropolitana Águas Energia S.A.
ENERSUL	Empresa Energética do Mato Grosso do Sul
EPTE - PA	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
GERASUL	Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.
GUASCOR	Guascor do Brasil Ltda.
INVESTCO	Investco S.A.
ITIQUEIRA	Itiquira Energética S.A.
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S.A.
RGE	Rio Grande Energia Elétrica
TANGARÁ	Tangará Energia S.A.

II – PRÁTICAS CONTÁBEIS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as demonstrações da ELETROBRÁS e as de suas controladas mencionadas na Nota 1, elaboradas com a observância da legislação societária aplicável.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas de conformidade com os critérios usuais de consolidação, entre os quais merecem destaque:

- a) eliminação dos investimentos da controladora nas empresas controladas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;
- b) eliminação de saldos a receber e a pagar intercompanhias;
- c) eliminação das receitas e despesas intercompanhias; e
- d) destaque da participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado das empresas controladas.

As demonstrações contábeis da ITAIPU BINACIONAL são originalmente elaboradas em dólares norte – americanos e convertidas para Reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2002 (US\$ 1.00 – R\$ 3,5333) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Para fins de consolidação, as Demonstrações Contábeis da ITAIPU são incorporadas às da controladora em conjunto, na proporção de 50%, sendo o resultado do exercício adicionado ao seu Ativo Imobilizado, à conta de depreciação dos custos da construção da usina, para fins de demonstração, nos termos do Tratado Internacional, firmado entre o Brasil e o Paraguai, em 26 de abril de 1973, que rege a ITAIPU.

Face à inexistência de resultados não realizados nas operações intercompanhias, o lucro líquido e o patrimônio líquido na controladora são iguais aos do consolidado.

III – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA

As demonstrações contábeis da ELETROBRÁS e de suas controladas foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, consoante as práticas contábeis descritas a seguir:

- a) as disponibilidades estão representadas, substancialmente, por aplicações financeiras de curto prazo, junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para empresas estatais, emanada do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973 e legislação subsequente;
- b) O saldo de consumidores e revendedores é composto por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito do MAE, além do fornecimento e suprimento não faturado, até 31 de dezembro de 2002, registrado com base no regime de competência. Inclui, também, os acréscimos moratórios em função de atrasos no pagamento por parte dos consumidores, concessionários e permissionários. São constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa, em montante julgado suficiente para a cobertura de eventuais perdas (ver Nota 3 e Anexo I);

- c) os financiamentos e empréstimos a receber e respectivos encargos apropriados até a data do balanço, estão atualizados segundo os índices contratuais de atualização monetária ou cambial, incluindo provisões para créditos de liquidação duvidosa, demonstrados no Anexo II às notas explicativas;
- d) os materiais em estoque no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição;
- e) a ELETROBRÁS, nos termos da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993, administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito nas Contas de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais dos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no Ativo Circulante correspondem às disponibilidades de recursos (conta bancária vinculada) e as quotas não quitadas pelos concessionários. No Passivo Circulante encontram-se registrados os valores a serem disponibilizados para aquisição dos combustíveis fósseis;
- f) os investimentos decorrentes de participações societárias em controladas consolidadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial (ver Anexos III e VI). Os demais investimentos com participação acionária igual ou superior a 20% do capital total das companhias investidas, também estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos termos da legislação societária, em especial a instrução CVM 247/96. A contrapartida do ajuste decorrente dessa avaliação está computada parte no resultado do exercício e parte em reserva de capital (ver item b, da Nota 22). Os demais investimentos estão avaliados ao custo, retificados por provisões para eventuais perdas, registradas no resultado não operacional da controladora. As ações representativas da participação no capital social das controladas FURNAS, CHESF e ELETRONORTE, depositadas no Fundo Nacional de Desestatização - FND, estão mantidas no ativo permanente por representarem parte da atividade econômica no contexto do objetivo social da ELETROBRÁS e por preservar sua influência nos negócios e na administração dessas controladas;
- g) o imobilizado, demonstrado no Anexo IV, está registrado ao custo de aquisição ou construção e inclui correção monetária até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, debitada parte ao resultado do exercício e parte ao custo das ordens em curso, em função da utilização dos bens, de acordo com a Resolução nº 002, de 24 de dezembro de 1997 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que determina que a depreciação seja calculada pela aplicação das taxas para cada bem ou instalação registrados nas Unidades de Cadastro – UC, instituídas pela Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994;
- h) os financiamentos e empréstimos a pagar e os correspondentes encargos apropriados até a data do balanço, estão atualizados pelos índices contratuais e demonstrados no Anexo V;
- i) os saques feitos pela ELETROBRÁS à Reserva Global de Reversão - RGR (ver Nota 20), destinados a empréstimos e financiamentos às concessionárias de energia elétrica, são registrados como exigibilidades. Sobre tais saques incidem juros de 5% ao ano, a partir da vigência da Lei n.º 8.631, de 04 de março de 1993;
- j) O empréstimo compulsório está registrado pelo valor do principal, acrescido de atualização monetária, com base no IPCA-E e juros de 6% ao ano (ver Nota 21).

- k) o imposto de renda foi calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, sendo utilizada a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro real. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado. Em atendimento ao disposto na Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e da Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, estão registrados no ativo circulante, no realizável a longo prazo e no exigível a longo prazo os ativos e obrigações fiscais diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias, conforme demonstrado na Nota 16;
- l) os demais ativos encontram-se registrados pelos seus efetivos valores de custo ou realização, conforme aplicável, incluindo os rendimentos e eventuais variações monetárias ou cambiais auferidos;
- m) os demais passivos encontram-se registrados por seus valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, conforme aplicável, dos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos;
- n) o resultado do exercício é apurado segundo o regime de competência;

NOTA 3 | CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Os saldos de consumidores e revendedores encontram-se detalhados no Anexo I destas notas explicativas.

A partir de 1º de setembro de 2000, entraram em vigor as regras do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, homologadas pela Resolução nº 290/2000, de 3 de agosto de 2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, cabendo ao MAE o controle e liquidação das transações de compra e venda de energia de curto prazo (vide Nota 27).

Além dos valores apresentados no Ativo Circulante, as controladas FURNAS, CHESF e ELETRONORTE, mantêm registrados no realizável a longo prazo, incluídos na rubrica "Consumidores e revendedores", créditos correspondentes à energia livre, comercializada no âmbito do MAE, nos valores de R\$ 438.277 mil, R\$ 586.182 mil e R\$ 191.563 mil, respectivamente, referentes ao direito de ressarcimento do gerador, previsto no Acordo Geral do Setor Elétrico.

A controlada FURNAS possui créditos pendentes de liquidação, junto às distribuidoras CELG e CEB, para os quais não foi obtido êxito nas negociações para seu recebimento. Dessa forma, a controlada registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 322.816 mil, para o qual foi constituído crédito tributário no valor de R\$ 109.757 mil, produzindo um efeito líquido no resultado do exercício daquela controlada de R\$ 213.059 mil.

NOTA 4 | FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos concedidos pela ELETROBRÁS, incluindo juros, comissões e taxas está apresentado no Anexo II (ver também Nota 24).

A seguir estão apresentados alguns comentários, julgados relevantes, no que se refere à gestão da carteira de empréstimos e financiamentos:

1. Reestruturação de dívidas de empresas mutuárias que impactaram na redução da taxa média de remuneração da carteira de empréstimos e financiamentos:

- a) A ELETRONORTE, como resultado de sua inadimplência, acumulou uma dívida vencida de principal e encargos, de cerca de R\$ 1.400.000 mil com a ELETROBRÁS, a qual deverá ser liquidada, em parte, com a utilização de créditos que a controlada detém junto à controladora, nos termos da deliberação do Conselho de Administração da ELETROBRÁS, realizada no quarto trimestre de 2002 (ver Nota 15).

Para adequar a dívida vincenda à capacidade de pagamento da ELETRONORTE, foi elaborada uma projeção de fluxo de caixa que permitisse o retorno ao pagamento do serviço da dívida com a ELETROBRÁS, decorrente de empréstimos e financiamentos, com as seguintes premissas:

- suspensão da exigibilidade de principal e dos juros de parte dos empréstimos e financiamentos e alongamento do prazo para pagamento do principal, conforme a capacidade da ELETRONORTE honrar os compromissos financeiros;
- alteração da taxa de juros e de administração, aplicáveis a cada contrato, escalonadas de modo a manter a rentabilidade final original de cada contrato, adequada ao novo fluxo de caixa da Controlada;
- manutenção das demais condições financeiras originais de cada contrato.

Considerando as premissas acima, os contratos de empréstimos e financiamentos da ELETRONORTE passaram a ter taxas de encargos crescentes ao longo do tempo, iniciando-se em 0,5% a.a. em 2002 e atingindo a 23,49% a.a. a partir do exercício de 2005.

Os pagamentos suspensos, relativos a principal e encargos, para os anos de 2002, 2003 e 2004 são R\$ 590.895 mil, R\$ 249.400 mil e R\$ 37.764 mil, respectivamente.

- b) Considerando que a CERON vem apresentando sucessivos prejuízos, insuficiência de capital de giro e passivo a descoberto, suportados pela ELETROBRÁS, mediante o aporte de recursos destinados a futuro aumento de capital, o que demonstra sua dependência aos aportes de recursos para o desenvolvimento e a continuidade de suas operações e, considerando, também, que a CERON não gera caixa suficiente para garantir o pagamento do principal e encargos da totalidade dos empréstimos e financiamentos que compõem sua dívida junto à ELETROBRÁS, foi pactuada a suspensão da exigibilidade do pagamento de principal, por 12 meses, contados a partir de 31 de janeiro de 2003 inclusive, alongamento do prazo de amortização para 60 parcelas mensais dos contratos que tinham prazos de amortização inferiores e redução da taxa de juros a ser compensada após o início do pagamento do principal.

2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ELETROBRÁS possui créditos decorrentes de empréstimos e financiamentos, em aberto há longa data, junto à ELETROPAULO, os quais foram objeto de ação judicial movida pela Companhia, transitada em julgado, com sentença favorável à ELETROBRÁS que, contudo, até o momento, não obteve êxito no recebimento desses valores.

Assim, a controladora de forma conservadora registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 307.840 mil, decorrente do principal e do serviço da dívida de financiamento e empréstimos junto àquela empresa, que após a constituição de crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 104.666 mil, produziu um efeito líquido no resultado no valor de R\$ 203.174 mil.

NOTA 5 | TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	R\$ MIL			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
CIRCULANTE				
CFT-E1 (oriunda de FURNAS)	172.454	-	172.454	-
ELET	-	75.600	39.992	216.680
NTN - P (oriunda de privatizações)	83.290	76.438	83.290	76.438
	<u>255.744</u>	<u>152.038</u>	<u>295.736</u>	<u>293.118</u>
LONGO PRAZO				
LFT	-	617.270	-	617.270
FINOR/FINAM (incentivo fiscal)	287.082	4.404	287.082	4.404
RENDIMENTO DE PARCERIAS	443.022	193.596	443.022	193.596
OUTROS	483	483	377.134	210.570
	<u>730.587</u>	<u>815.753</u>	<u>1.107.238</u>	<u>1.025.840</u>

a) CFT-E1 - O Conselho Nacional de Desestatização – CND, nos termos da Resolução CND nº 04, de 30 de março de 1999, transferiu o Aproveitamento Múltiplo de Manso, até então de propriedade da ELETRONORTE, para FURNAS, que a indenizaria com títulos do Tesouro Nacional, a serem emitidos por meio da securitização do saldo da Contas de Resultados a Compensar – CRC, conforme previsto na Lei nº 8.724/1993, os quais seriam transferidos à ELETRONORTE pelo seu valor de face.

Para isso, FURNAS detinha R\$ 421.954 mil como saldo credor na Conta de Resultados a Compensar - CRC, conforme disposto na Lei nº 8631/1993.

Nos termos da Imissão de Posse e Compromisso de Compra e Venda do APM Manso, o valor devido à ELETRONORTE é de R\$ 313.295 mil, os quais seriam pagos por meio da assunção de dívidas da ELETRONORTE, referentes a empréstimos e financiamentos junto à ELETROBRÁS, no montante de R\$ 58.380 mil e a transferência das Obrigações Vinculadas a Concessão devidas à União, no valor de R\$ 9.150 mil, sendo os restantes R\$ 245.765 mil liquidados com créditos oriundos da CRC.

Em decorrência do não adimplemento de FURNAS no pagamento das faturas de energia (ver Nota 7), a ELETROBRÁS, FURNAS, ITAIPU e a SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL buscaram algumas alternativas para con-

ferir liquidez a FURNAS, com vistas à quitação dos débitos, tendo em vista a Portaria Interministerial nº 379 do Ministério da Fazenda, de 18 de dezembro de 2001, que estabelece que somente poderão pleitear a securitização de seus créditos as empresas que estejam adimplentes com a UNIÃO e as entidades por ela controladas e com os Estados, Distrito Federal e Municípios, no que se refere aos encargos relativos à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e "royalties"; o que fez com que FURNAS, titular de créditos da CRC, não obtivesse o certificado de adimplemento junto à ANEEL.

Nesse cenário, tendo em vista a impossibilidade de FURNAS securitizar seus créditos de CRC e considerando, também, que o prazo para a conversão dos referidos créditos se encerrava em 1º de setembro de 2002, conforme a citada Portaria Interministerial, FURNAS cedeu os créditos de CRC à ELETROBRÁS, para que esta promovesse a quitação junto à ELETRONORTE e repassasse o restante à ITAIPU, quitando, desta forma, também parte dos débitos vencidos de FURNAS com ITAIPU.

Dessa forma, foram transferidos para a ELETROBRÁS os direitos sobre 337.142 Certificados Financeiros do Tesouro Nacional – série E – CFT-E1, por seu valor de face, no montante de R\$ 421.954 mil, com a correspondente assunção de dívidas, pela ELETROBRÁS, junto à ELETRONORTE, no valor de R\$ 245.765 mil (APM Manso) e junto à ITAIPU, no valor de R\$ 176.189 mil (faturas de energia).

Esses títulos públicos, com remuneração equivalente à variação do Índice Geral de Preços – Mercado – IGPM, sem juros, com data de resgate fixada para agosto de 2012, serão utilizados, após serem alienados no mercado financeiro, para a liquidação das referidas dívidas assumidas pela ELETROBRÁS junto a FURNAS e ELETRONORTE, razão pela qual a controladora reconheceu, neste exercício, uma provisão para ajuste a valor de mercado dos títulos CFT-E1, no montante de R\$ 286.761 mil, apresentada como Despesa Operacional – Provisão para perdas em títulos e valores mobiliários.

- b) NTN - P – No processo de privatização da então controlada LIGHT foram recebidos, como parte do pagamento da alienação do controle acionário da referida distribuidora de energia elétrica, Moedas de Privatização – MOP's, as quais foram posteriormente permutadas, por seus valores de face, por Notas do Tesouro Nacional – série P – NTN-P, com remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial – TR divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a incidentes sobre o valor atualizado e data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012.
- c) LFT – As Letras Financeiras do Tesouro Nacional foram antecipadamente alienadas em 2002, com deságio de R\$ 96.000 mil, tendo sido os recursos utilizados para o pagamento de parte dos Juros sobre o Capital Próprio, referentes ao exercício de 2001.
- d) FINOR/FINAM – Refere-se, substancialmente, a incentivos fiscais destinados à CHESF e ELETRONORTE.
- e) RENDIMENTO DE PARCERIAS – A ELETROBRÁS firmou, ao longo dos últimos anos, contratos de participação em projetos privados de geração e transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócio preferencialista, classificados no Ativo Permanente – investimentos, com prazo pré-determinado de retirada da sociedade e com remuneração garantida sobre o capital aplicado. Os rendimentos a receber decorrentes desses investimentos em parcerias estão demonstrados a seguir:

	R\$ MIL	
	CONTROLADORA	
	2002	2001
INVESTCO (UHE Luis Eduardo Magalhães - TO)	357.992	186.963
EATE (Linha de transmissão Tucuruí - PA / Presidente Dutra - MA)	31.491	-
ITIQUEIRA (UHE Itiquira - MT)	30.119	3.602
TANGARÁ (UHE Guaporé - MT)	9.510	141
EPTE-PA (Linha de transmissão Tocantins - TO/Vila do Conde - PA)	6.372	-
GUASCOR	5.898	2.278
ELEJOR (Complexo energético Fundão-Santa Clara - PR)	1.640	-
Outros	-	612
	<u>443.022</u>	<u>193.596</u>

NOTA 6 | REMUNERAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Refere-se a dividendos e juros sobre o capital próprio decorrentes de investimentos societários mantidos pela ELETROBRÁS:

	R\$ MIL			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
FURNAS	133.682	253.827	-	-
CHESF	97.245	74.513	-	-
CTEEP	16.407	-	16.407	-
ITAIPIU	21.200	14.157	-	-
OUTROS	-	2.456	-	2.456
	<u>268.534</u>	<u>344.953</u>	<u>16.407</u>	<u>2.456</u>

NOTA 7 | CRÉDITOS DE ENERGIA ELÉTRICA RENEGOCIADOS

A ELETROBRÁS, o Tesouro Nacional, a ITAIPIU Binacional e a ANDE – Administración Nacional de Eletricidad, empresa de energia do Paraguai, firmaram, em 1º de março de 2001, um Memorandum de Entendimento, documento no qual ITAIPIU fica autorizada a utilizar créditos que tenha junto ao Tesouro Nacional Brasileiro ou com a ELETROBRÁS e suas controladas, para compensar obrigações que tenha junto a estas, em decorrência do previsto no Tratado Internacional de constituição da ITAIPIU Binacional, firmado entre os governos do Brasil e Paraguai.

Devido à inadimplência de distribuidoras de energia elétrica, ITAIPU com base no citado documento, vem, desde maio de 2001, liquidando o serviço da dívida de contratos de financiamento concedidos pela ELETROBRÁS com faturas de energia emitidas contra FURNAS e ELETROSUL, não liquidadas por essas empresas, as quais estão registradas, na controladora, no Ativo Circulante sob o título "Créditos renegociados".

Durante o ano de 2002, ITAIPU continuou a manter esta prática, uma vez que as distribuidoras mantiveram-se inadimplentes junto a FURNAS, principalmente CELG e CEB e, junto à ELETROSUL, fato este que impediu que as referidas controladas liquidassem suas obrigações junto a ITAIPU.

Ao longo deste exercício, ocorreram liquidações junto a FURNAS e ELETROSUL que, em sequência, quitaram parte da dívida com a ELETROBRÁS. Ainda assim, em 31 de dezembro de 2002, a ELETROBRÁS mantém-se detentora de créditos junto a FURNAS e ELETROSUL, no valor de R\$ 1.044.855 mil.

Conforme descrito na Nota 28, foram sub-rogados à ELETROBRÁS, em 27 de janeiro de 2003, os direitos e obrigações decorrentes da comercialização de energia da ITAIPU, razão pela qual os créditos da ELETROBRÁS, no montante de R\$ 1.044.855 mil, serão realizados mediante a transferência de direitos que FURNAS e ELETROSUL detêm junto às Concessionárias Distribuidoras de energia elétrica, decorrentes do repasse da energia de ITAIPU praticado até 31 de dezembro de 2002.

Integram o montante de créditos a serem recebidos em pagamento, por seu valor de face, parcelas vencidas nos exercícios de 2000, 2001 e 2002 sobre os quais a controlada FURNAS não obteve êxito nas negociações que objetivam suas regularizações.

Considerando que FURNAS registrou contabilmente uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, incidente sobre a parcela de suprimento de energia própria para as distribuidoras CELG e CEB, a companhia decidiu, de forma conservadora, registrar, também, uma provisão para os créditos decorrentes do repasse da energia de ITAIPU para as mesmas distribuidoras, no valor de R\$ 599.061 mil, que após a constituição de crédito tributário correspondente, no valor de R\$ 203.681 mil, produziu um efeito líquido no resultado no valor de R\$ 395.380 mil.

NOTA 8 | CONCESSÕES A LICITAR

Referem-se aos custos incorridos pelas empresas controladas FURNAS, CHESF e ELETRONORTE em estudos e projetos voltados para o aproveitamento de potenciais hidráulicos, os quais, de acordo com o artigo 45, da Lei nº 8.987/95, serão indenizados pelo Poder Concedente, com recursos obtidos por ocasião da licitação de concessões de exploração desses potenciais.

Em 31 de março de 1999, tendo em vista o processo de reestruturação patrimonial que objetiva a privatização das controladas CHESF e ELETRONORTE, a ELETROBRÁS, com a aquiescência da ANEEL, transferiu esses custos para o seu ativo, cujo saldo em 31 de dezembro de 2002, já ajustado para refletir seu valor provável de realização, monta a R\$ 233.570 mil, demonstrado como segue:

	R\$ MIL	
	2002	2001
EMPREENHIMENTOS		
UHE Cachoeira Porteira	17.521	17.521
UHE Serra Quebrada	27.163	27.163
Inventário bacia Rio Madeira	26.500	26.500
Inventário bacia Baixo Araguaia - Tocantins	7.000	7.000
Inventário bacia Rio Xingu	40.000	40.000
Inventário bacia Rio Tapajós	7.000	7.000
Inventário complexo Trombetas – Erepecuru	7.500	7.500
Inventário bacia Médio Tocantins	28.589	37.500
UHE Barra do Peixe	9.374	9.374
UHE Belo Monte	52.256	52.256
UHE Ji-Paraná	10.667	10.667
TOTAL DA CONTROLADORA	233.570	242.481
Estudo de viabilidade da Foz do Bezerra	14.086	14.086
Outras	185	169
TOTAL DE FURNAS	14.271	14.255
TOTAL DO CONSOLIDADO	247.841	256.736

No exercício de 2002 foram licitados, pela ANEEL, os ativos de concessão correspondentes ao aproveitamento da UHE Estreito (bacia do médio Tocantins), pelo valor de R\$ 8.911 mil, valor este registrado como contas a receber na controladora.

NOTA 9 | INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

A ELETRÓBRÁS, como credora e acionista minoritária de concessionárias estaduais de energia elétrica, negociou com diversos Estados da Federação (controladores daquelas empresas) a aquisição de ações ordinárias, com o objetivo fundamental de promover o equacionamento econômico-financeiro dessas empresas, mediante gestão compartilhada, objetivando suas privatizações.

Os contratos de aquisição dos referidos investimentos estabeleciam o prazo de um ano para a gestão compartilhada e as respectivas privatizações dessas empresas. Contudo, esses processos não ocorreram no decurso de tempo previsto por ocasião de sua aquisição, motivo pelo qual a empresa apresenta tais investimentos no realizável a longo prazo em suas Demonstrações Contábeis.

Face ao distanciamento entre o valor do custo de aquisição e o de um eventual valor de realização desses ativos, a empresa, por conservadorismo, adota como referência de valor o patrimônio líquido contábil dessas empresas, mesmo nos casos em que são apresentados valores negativos de patrimônio líquido (passivo a descoberto), tendo em vista o compromisso da administração de promover o saneamento econômico-financeiro dessas empresas.

Apresentamos a seguir a movimentação desses investimentos, que estão apresentados no Realizável a Longo Prazo.

	R\$ MIL					TOTAL
	CEAL	CERON	ELETROACRE	CEPISA	CEAM	
Saldo em 31/12/2001	168.700	321.431	28.000	120.004	203.168	841.303
Provisão	(153.768)	(321.431)	(28.000)	(120.004)	(203.168)	(826.371)
Saldo em 31/12/2002	14.932	-	-	-	-	14.932

Os efeitos negativos no resultado do exercício, no montante de R\$ 1.842.657 mil, provocados pela avaliação desses investimentos, tomando-se por base o valor de patrimônio líquido dessa empresas foi seguinte:

- a) ações classificadas no realizável a longo prazo (Nota 23) R\$ 826.371 mil
- b) ações classificadas no ativo permanente R\$ 386.828 mil(*)
- c) cobertura de passivo a descoberto R\$ 629.458 mil

(*) Esta parcela está incluída no valor de R\$ 2.686.138 demonstrado na Nota 23

NOTA 10 | ADIANTAMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

A ELETRONUCLEAR apresenta registrado no Realizável a Longo Prazo os valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas empresas a seguir:

EMPRESA	R\$ MIL	
	31/12/2002	31/12/2001
CONTROLADAS CONSOLIDADAS		
FURNAS	31.154	31.154
CHESF	294.397	294.397
ELETROSUL	114.599	114.599
LIGHTPAR	43.062	23.862
ELETRONORTE	10.000	-
ELETRONUCLEAR	2.206.781	2.029.776
	<u>2.699.993</u>	<u>2.493.788</u>
INVESTIMENTO TEMPORÁRIO		
CEAL	60.486	-
CEPISA	30.379	18.989
CERON	103.970	66.727
ELETROACRE	69.867	69.867
CEAM	191.522	108.219
	<u>456.224</u>	<u>263.802</u>
OUTROS INVESTIMENTOS	<u>61.912</u>	<u>4.027</u>
	<u>3.218.129</u>	<u>2.761.617</u>

NOTA 11 | INVESTIMENTOS

	R\$ MIL			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS				
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (VIDE ANEXO III)				
Controladas consolidadas	33.970.760	36.367.182	-	-
Investimento temporário				
CEAM	-	9.046	-	9.046
ELETROACRE	-	866	-	866
CERON	-	12.445	-	12.445
CEPISA	-	175.464	-	175.464
CEAL	18.354	207.361	18.354	207.361
	<u>18.354</u>	<u>405.182</u>	<u>18.354</u>	<u>405.182</u>
Coligadas relevantes				
CEEE	145.388	165.914	145.388	165.914
EMAE	360.213	390.563	360.213	390.563
CEMAT	162.541	325.124	162.541	325.124
CTEEP	1.203.991	939.866	1.203.991	939.866
CELPA	283.112	143.231	283.112	143.231
	<u>2.155.245</u>	<u>1.964.698</u>	<u>2.155.245</u>	<u>1.964.698</u>
CUSTO DE AQUISIÇÃO				
Investimentos em parcerias				
INVESTCO	262.000	246.000	262.000	246.000
EATE	68.000	53.123	68.000	53.123
ITIQUEIRA	41.339	22.500	41.339	22.500
TANGARÁ	27.284	15.000	27.284	15.000
EPTÉ	13.800	10.670	13.800	10.670
GUASCOR	3.300	3.300	3.300	3.300
ELEJOR	10.000	-	10.000	-
	<u>425.723</u>	<u>350.593</u>	<u>425.723</u>	<u>350.593</u>
OUTROS INVESTIMENTOS	<u>398.875</u>	<u>399.679</u>	<u>597.415</u>	<u>697.654</u>
	<u>36.968.957</u>	<u>39.487.334</u>	<u>3.196.737</u>	<u>3.418.127</u>

A equivalência patrimonial foi calculada com base nos patrimônios líquidos das controladas e dos investimentos temporários referentes a 31 de dezembro de 2002. Para as coligadas relevantes foram utilizadas as posições de patrimônio líquido em 30 de novembro de 2002, tendo em vista que eram as últimas informações disponíveis até a conclusão destas demonstrações.

Para as empresas que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) - CERON e CEPISA, a ELETROBRÁS, de forma conservadora, em atendimento às disposições do Art.12 da Instrução CVM 247/96, registrou uma provisão para cobertura de passivo a descoberto desses investimentos, no valor de R\$ 629.458 mil, registrados no resultado não operacional.

No anexo VI estão apresentados os resumos das Demonstrações Contábeis das controladas consolidadas e dos Investimentos Temporários.

NOTA 12 | IMOBILIZADO

O detalhamento dos bens e direitos registrados no imobilizado do consolidado está demonstrado no Anexo IV.

O valor do imobilizado, a partir deste exercício, está retificado pelas obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica abaixo relacionadas. O prazo de vencimento dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão e cujos valores estão apresentados abaixo:

	R\$ MIL CONSOLIDADO	
	2002	2001
RESERVAS PARA AMORTIZAÇÃO		
FURNAS	81.998	81.998
CHESF	20.269	20.269
	<u>102.267</u>	<u>102.267</u>
CONTRIBUIÇÕES DE CONSUMIDORES		
CHESF	6.048	6.048
ELETRONORTE	22.652	22.021
	<u>28.700</u>	<u>28.069</u>
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL		
FURNAS	28.539	28.539
CHESF	108.052	108.052
ELETRONORTE	231.890	230.490
ELETRONUCLEAR	47.314	47.314
	<u>415.795</u>	<u>414.395</u>
OUTRAS		
FURNAS	2.003	2.003
CHESF	21.517	18.613
ELETROSUL	254	254
ELETRONORTE	32.814	26.654
	<u>56.588</u>	<u>47.524</u>
Total	<u>603.350</u>	<u>592.255</u>

- a) Amortizações - provenientes das "Reservas para Amortização" constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal n.º 41.019/57, que foram aplicadas, até aquele ano, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica.
- b) Contribuições de consumidores - referem-se a recursos recebidos pelos Concessionários de Serviço Público de Energia Elétrica para viabilizar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, não previstos no planejamento da expansão dos serviços.
- c) Participação da União - refere-se a recursos recebidos do Governo Federal para aplicação em obras de geração e transmissão de energia elétrica.

NOTA 13 | FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

O detalhamento dos financiamentos e empréstimos obtidos pela ELETROBRÁS, incluindo encargos, está apresentado no Anexo V (ver também nota 24).

NOTA 14 | FORNECEDORES

A rubrica Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	R\$ MIL CONSOLIDADO	
	2002	2001
CIRCULANTE		
Compra de bens e serviços	818.441	705.131
Compra de energia para revenda		
Supradoras	1.148.743	924.720
Mercado Atacadista de Energia – MAE	<u>1.497.641</u>	<u>1.612.932</u>
	<u>3.464.825</u>	<u>3.242.783</u>

NOTA 15 | CRÉDITOS DE CONTROLADAS

	R\$ MIL			
	CIRCULANTE		LONGO PRAZO	
	2002	2001	2002	2001
ELETRONORTE	1.283.034	2.708	-	1.034.269
FURNAS	177.323	339	-	-
ELETROSUL	42.334	-	-	-
OUTRAS	<u>3.521</u>	<u>1.734</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.506.212</u>	<u>4.781</u>	<u>-</u>	<u>1.034.269</u>

Do valor referente à ELETRONORTE, R\$ 1.034.269 mil corresponde aos custos incorridos por aquela controlada, relativos a estudos e projetos vinculados às concessões canceladas, transferidos para a ELETROBRÁS (ver Nota 8), os quais serão liquidados contra débitos vencidos daquela controlada junto à controladora, referentes a empréstimos e financiamentos (ver Nota 4). Adicionalmente, compõem o valor da ELETRONORTE, R\$ 245.765 mil correspondentes a débitos que a controladora assumiu de FURNAS, decorrentes da cessão de créditos de CRC (vide Nota 5).

Ao valores relativos a FURNAS e ELETROSUL são referentes à redução da tarifa de repasse da energia elétrica de ITAIPU, absorvida pela ELETROBRÁS (vide Nota 27).

NOTA 16 | TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

a) Incidentes sobre as operações

	R\$ MIL			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	PASSIVO CIRCULANTE	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	PASSIVO CIRCULANTE	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
IMPOSTO DE RENDA				
2002	571.678	3.189	822.101	237.266
2001	573.778	39.564	851.726	58.252
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
2002	196.972	-	263.019	39.498
2001	144.987	-	220.058	32.744
PASEP E COFINS				
2002	1.463	-	118.763	-
2001	21.397	-	181.706	8.711
ICMS				
2002	-	-	17.094	47.477
2001	-	-	13.849	44.746
REFIS				
2002	-	-	169.872	577.904
2001	-	-	180.282	663.349
OUTROS				
2002	2.376	-	55.861	-
2001	5.246	-	44.456	22.267
TOTAL				
2002	<u>772.489</u>	<u>3.189</u>	<u>1.446.710</u>	<u>902.145</u>
2001	<u>745.408</u>	<u>39.564</u>	<u>1.492.077</u>	<u>830.069</u>

b) Créditos tributários

	R\$ MIL			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
ATIVO CIRCULANTE				
Imposto de renda retido na fonte	590.084	264.952	602.389	271.201
Antecipações de IRPJ e CSSL	119.816	140.652	220.092	140.652
Demais tributos compensáveis	4.146	23.893	10.297	89.288
ICMS a recuperar	-	-	33.056	22.674
Ativos fiscais diferidos				
Diferenças temporárias dedutíveis				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSSL	-	-	4.962	107.840
Provisão para contingências	-	-	-	83.673
	<u>714.046</u>	<u>429.497</u>	<u>930.796</u>	<u>715.328</u>

	R\$ MIL			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
ICMS a recuperar	-	-	317.355	274.649
Ativos fiscais diferidos				
Diferenças temporárias dedutíveis				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSSL	-	-	232.143	102.221
Provisão para contingências	311.858	176.775	570.270	176.775
Provisão para créditos duvidosos	308.346	-	308.346	-
Provisão para desvalorização de ativos	97.499	-	97.499	-
Diferimento de PASEP e COFINS	143.275	-	143.275	-
JCP referente a 2001 considerado não dedutível	-	197.444	-	197.444
Outras	17.455	21.482	17.455	21.482
	<u>878.433</u>	<u>395.701</u>	<u>1.686.343</u>	<u>772.571</u>

Conforme pode ser observado, os créditos tributários da ELETROBRÁS correspondem tão somente a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados na medida que forem realizadas.

Considerando o histórico de rentabilidade da empresa, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, associada à expectativa de realização nos próximos 10 anos, os créditos tributários registrados contabilmente atendem plenamente às disposições da CVM sobre o assunto expressas através da Deliberação CVM 273, de 20 de agosto de 1998, e Instrução CVM 371, de 27 de junho de 2002.

Tendo em vista a natureza dos créditos tributários, principalmente sobre provisões para créditos de liquidação duvidosa e para contingências, bem como sobre o diferimento de PASEP e COFINS incidentes sobre variação cambial credora, a expectativa é de que serão realizados em 2004, 2005 e 2006, numa proporção estimada em 54% e, a partir de 2007, em parcelas de montantes semelhantes.

c) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ MIL			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Diferenças temporárias tributáveis				
Imposto de renda				
Sobre lucro inflacionário	-	-	129.566	222.507
Sobre variações cambiais	2.596.732	744.344	2.596.732	744.344
Outros	81.113	81.113	185.624	142.518
	<u>2.677.846</u>	<u>825.457</u>	<u>2.911.923</u>	<u>1.109.369</u>
Contribuição social				
Sobre variações cambiais	934.823	267.964	934.823	267.964
Outras	-	-	39.498	-
	<u>934.823</u>	<u>267.964</u>	<u>974.321</u>	<u>267.964</u>
PASEP e COFINS				
Sobre variações cambiais	421.395	-	421.396	-
	<u>4.034.064</u>	<u>1.093.421</u>	<u>4.307.640</u>	<u>1.377.333</u>

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os montantes de IRPJ e CSSL registrados como despesa no exercício de 2002 e aqueles apurados com base nas alíquotas nominais, é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA	
	IRPJ	CSSL
Lucro antes do IRPJ e CSSL	3.851.719	3.851.719
Encargo total do IRPJ e CSSL calculado às alíquotas de 25% e 9% respectivamente	962.930	346.655
Efeitos de adições / (exclusões):		
Equivalência patrimonial	878.127	316.126
Juros sobre o capital próprio - investimentos	62.228	22.402
Provisão para perdas em investimentos	157.365	56.651
Demais adições ou exclusões	(47.753)	(12.852)
Total da despesa de IRPJ e CSSL	2.012.897	728.982

	CONSOLIDADO	
	IRPJ	CSSL
Efeitos decorrentes das controladas	20.098	(153.360)
Total da despesa de IRPJ e CSSL	2.032.995	575.532

Os efeitos das controladas são decorrentes, substancialmente, de constituição de crédito tributário referente à base negativa de contribuição social pela controlada CHESF.

Está registrado no Exigível a Longo Prazo como Imposto de Renda Diferido e Contribuição Social Diferida a parcela correspondente à aplicação das alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças temporárias tributáveis, representadas, principalmente, pelas variações cambiais não realizadas.

e) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A Medida Provisória nº 1.923, de 06 de outubro de 1999, convalidada pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, instituiu o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, cujo objetivo é a concessão, à opção das pessoas jurídicas, do parcelamento de dívidas relativas aos débitos de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social, vencidos até 29 de fevereiro de 2000, desde que condicionadas a determinadas normas emanadas pelo Comitê Gestor do REFIS.

No decorrer do primeiro trimestre de 2000 as controladas FURNAS e ELETRONORTE formalizaram a opção ao REFIS com o objetivo de regularizar seus débitos relativos principalmente ao PASEP e COFINS, cuja homologação, pelo Comitê Gestor do REFIS, continua sendo aguardada.

O montante da dívida em 31 de dezembro de 2002, a ser consolidada pela Secretaria da Receita Federal, está assim discriminada:

	TOTAL DA DÍVIDA – R\$ MIL	
	VALOR CONTÁBIL	VALOR PRESENTE
FURNAS	664.079	628.915
ELETRONORTE	83.697	61.755
	<u>747.776</u>	<u>690.670</u>

I – FURNAS

O valor presente desses débitos, a serem liquidados com base na taxa mensal equivalente a 1,2% da receita bruta, é de R\$ 580.434 mil, sendo determinado utilizando-se as seguintes premissas:

a) PASEP/COFINS

- A receita de geração foi estimada assumindo-se a comercialização do total da energia convencional (gerada e comprada), indicada no Balanço Energético de FURNAS, tendo por base os Contratos Iniciais celebrados com as empresas concessionárias distribuidoras. Considerou-se, para efeito de projeção da receita, a contratação (Contratos Iniciais, Leilão ou Contratos Bilaterais) de 90% de toda a energia disponível no Sistema FURNAS. Considerou-se, ainda, a comercialização do montante de 10% de energia disponível no Mercado Atacadista de Energia – MAE.
- A receita de transmissão (rede básica, conexão e transporte) tomou por base o montante faturado até dezembro de 2002, atualizado pelo IGP-M.
- Considerou-se uma taxa de inflação anual estável em 5%.
- O valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos atualizados pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, de 11% a.a. e descontados à taxa de 12% a.a., taxas estas compatíveis com o cenário econômico descrito.

Dos débitos incluídos no REFIS não houve utilização, até a presente data, de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para redução de juros e multas conforme previsto na legislação pertinente ao Programa. A empresa vem recolhendo todos os impostos e contribuições regularmente, condição essa requerida pelo REFIS.

b) Imposto Territorial Rural – ITR

Em função da obrigatoriedade do cumprimento das obrigações com o Imposto Territorial Rural (ITR), a empresa desistiu das ações interpostas contra a cobrança deste Imposto, solicitando um parcelamento especial de 60 meses previsto no referido Programa e não consolidado ao débito principal.

O valor presente desses débitos de ITR, a serem liquidados em 60 parcelas mensais, é de R\$ 48.481 mil, sendo as premissas utilizadas para sua determinação, no que diz respeito a parâmetros macroeconômicos, Taxa de Juros de Longo Prazo e taxa de desconto, as mesmas utilizadas para a determinação do valor presente dos débitos de PASEP e COFINS.

Em garantia do cumprimento dos termos do programa e em conformidade com o Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, que regulamentou a Lei nº 9.964/2000, a empresa arrolou bens do ativo permanente, no valor contábil de R\$ 104.007 mil.

II - ELETRONORTE

O valor presente da dívida a ser liquidada no prazo previsto de 3 anos e 6 meses (até junho de 2006), com base no valor mensal de 1,2% da receita bruta, é de R\$ 61.755 mil, sendo as seguintes premissas utilizadas para sua determinação:

- a receita bruta utilizada no exercício de 2003, foi a do mês de dezembro de 2002, sendo estimada em 35% superior a partir do exercício de 2004, em face da comercialização da energia proveniente da 2ª etapa da UHE Tucuruí;
- a Taxa de Juros de Longo Prazo-TJLP utilizada foi de 11% a.a., última taxa divulgada para o 1º trimestre de 2003;
- a taxa de desconto utilizada foi de 24,81% a.a., considerando-se as taxas referenciais ANBID, em 31/01/2003, que representa a média das operações de mercado em CDB, RDB e CDI, coletadas entre as instituições financeiras atuantes no mercado;

Em garantia do cumprimento do termo do programa e em conformidade com o Decreto nº 3.341, de 24.04.2000, que regulamentou a mencionada Lei nº 9.964, a empresa arrolou bens do ativo permanente, no valor contábil de R\$ 59.180 mil(consolidado).

A empresa vem mantendo o pagamento regular dos tributos e contribuições como requisito essencial para a manutenção das condições de pagamentos previstos no REFIS.

NOTA 17 | REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O estatuto da empresa estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima de 8% do Capital Social para as ações preferenciais da classe "A" e 6% para as preferenciais da classe "B".

A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado, para efeito do cálculo da remuneração aos acionistas, proposta à Assembléia Geral Ordinária.

	R\$ MIL CONTROLADORA	
	2002	2001
Lucro líquido do exercício	1.100.340	3.251.336
Reserva legal	(55.017)	(162.567)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	1.835.546
Lucro líquido ajustado	1.045.323	4.924.315
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	261.331	1.231.079
Remuneração proposta aos acionistas:		
Ações ordinárias	229.390	1.190.208
Ações preferencias "A"	225	289
Ações preferenciais "B"	195.385	257.831
	425.000	1.448.328

	R\$ POR LOTE DE MIL AÇÕES	
	2002	2001
Remuneração bruta:		
Ações ordinárias - 1,32 % do capital (2001 – 6,86 %)	0,50	2,63
Ações preferenciais "A" - 8,00 % do capital (2001 – 10,27 %)	3,07	3,94
Ações preferenciais "B" - 6,00 % do capital (2001 – 7,92 %)	2,30	3,04

A remuneração aos acionistas no exercício de 2002, na forma de dividendos, corresponde a 40,66% do lucro líquido ajustado. A remuneração referente ao exercício de 2001, na forma de juros sobre o capital próprio, correspondeu a 29,41%.

A remuneração aos acionistas é atualizada com base na taxa SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673/98, de 16 de julho de 1998, a partir do encerramento do exercício, até a data do início do pagamento, a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que apreciará a presente proposta de distribuição do lucro líquido do exercício.

NOTA 18 | CONTINGÊNCIAS

As empresas do Sistema ELETROBRÁS têm diversas ações no âmbito do judiciário em vários estágios de julgamento. No que se refere às ações julgadas como de perdas prováveis pelas áreas jurídicas das empresas, foram constituídas provisões apresentando a seguinte composição por natureza:

	R\$ MIL			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	110.357	119.748
Tributárias	-	-	5.833	6.671
Cíveis	-	-	135.708	211.537
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>251.898</u>	<u>337.956</u>
EXÍGIVEL A LONGO PRAZO				
Trabalhistas	18.223	18.222	167.753	242.089
Tributárias	-	-	246.818	-
Cíveis	899.008	501.703	1.302.505	874.201
	<u>917.231</u>	<u>519.925</u>	<u>1.717.076</u>	<u>1.116.290</u>

A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 899.008 mil, corresponde a ações judiciais relacionadas ao Empréstimo Compulsório, vinculadas a planos econômicos editados pelo Governo Federal. Neste exercício foram constituídas provisões relativas ao Empréstimo Compulsório no valor de R\$ 397.305 mil.

NOTA 19 | PASSIVO ATUARIAL – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

I - CONTROLADORA

A ELETROBRÁS é patrocinadora da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, uma entidade fechada de previdência complementar, com patrimônio próprio, segregado do patrimônio da patrocinadora, que tem por finalidade gerir plano previdenciário visando complementar benefícios de aposentadoria e pensão em favor dos empregados da patrocinadora, sendo 831 ativos e 1.150 inativos.

A ELETROS gere um plano de benefício definido, que complementa o salário real médio dos últimos anos de atividade em relação ao valor do benefício da Previdência Social, tem suas reservas matemáticas calculadas atuarialmente segundo o regime de capitalização e revisadas anualmente.

Na qualidade de patrocinadora-instituidora, a ELETROBRÁS efetua contribuições mensais, acrescidas de uma sobretaxa de administração de 15% do total das contribuições previdenciárias referentes a seus empregados.

As contribuições são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2002, R\$ 8.773 mil (2001- R\$ 6.937 mil).

As taxas de contribuições praticadas são as seguintes:

2,5% - até a metade do teto da previdência

5,0% - da metade do teto até o teto da previdência

10,5% - do teto da previdência até 3 vezes o teto

15,0% - acima de 3 vezes o teto da previdência para os participantes de regulamentos antigos.

Em consonância com o pronunciamento do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação nº 371, de 13 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a forma de contabilização, pelas patrocinadoras, dos benefícios concedidos aos empregados, a administração da ELETROBRÁS promoveu uma reavaliação atuarial do plano de benefício do qual é patrocinadora, cuja necessidade de cobertura do passivo atuarial, de sua responsabilidade, apontado com base em relatório de atuário independente, pelo método da unidade de crédito projetada, resultou nos seguintes valores:

	R\$ MIL
Valor justo dos ativos do plano	738.905
(-) Valor presente da obrigação atuarial	
De direitos já vencidos	(582.567)
De direitos a vencer	(230.204)
De perdas futuras	(14.916)
	<u>(827.687)</u>
Necessidade de cobertura atuarial	<u>(88.782)</u>

Da necessidade de cobertura atuarial apontada, a ELETROBRÁS já havia reconhecido em seus registros contábeis o valor de R\$ 82.742 mil, referente a obrigações contratadas apuradas com base nos regulamentos do plano de benefício, estando apresentadas no circulante a parcela de R\$ 20.718 mil e no exigível a longo prazo a parcela de R\$ 62.024 mil, sob o título "Passivo Atuarial". Esses valores estão sujeitos à atualização monetária com base na variação do IGP-M e juros de 8% a.a. sobre as parcelas a vencer e de 12% a.a. sobre as parcelas vencidas, com amortizações em parcelas mensais, vencendo-se a última em 31 de dezembro de 2006.

Restaria portanto, da apontada necessidade de cobertura atuarial, o reconhecimento de R\$ 6.040 mil, os quais, nos termos da Deliberação CVM nº 371/00, a ELETROBRÁS reconheceu, em 31 de dezembro de 2002, diretamente no Resultado do Exercício, em contrapartida do exigível a longo prazo - Passivo atuarial, retificado pelos efeitos de IRPJ e CSSL, no valor de R\$ 2.054 mil, produzindo um ajuste líquido de R\$ 3.986 mil.

Para efeito da reavaliação atuarial efetuada nos termos da Deliberação CVM nº 371/00, foram utilizadas as seguintes premissas:

- a) taxa de 6% para o desconto da obrigação atuarial;
- b) taxa de rendimento de 6% a.a. esperada sobre os ativos do plano;
- c) taxa de crescimento salarial de 7% ao ano;
- d) índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada de 4% ao ano;

O custo atuarial do ano encontra-se demonstrado abaixo:

	R\$ MIL
Custo do serviço corrente	6.603
Custo dos juros	67.445
Retorno dos investimentos	<u>(56.534)</u>
	<u>17.514</u>

II - CONSOLIDADO

As empresas controladas da ELETROBRÁS são patrocinadoras de entidades específicas de previdência privada que, também, têm por finalidade complementar benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados, através de planos de benefícios e de contribuições definidos, que são:

- Fundação Nucleos – ELETRONUCLEAR;
- Fundação Real Grandeza – FURNAS e ELETRONUCLEAR;
- Fundação FACHESF – CHESF;
- Fundação ELOS – ELETROSUL;
- Fundação PREVINORTE – ELETRONORTE e,
- Fundação CEEE de Seguridade Social - CGTEE

As contribuições são debitadas em despesas administrativas e totalizaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2002, R\$ 42.823 mil.

Em atendimento ao pronunciamento IBRACON, aprovado pela Deliberação CVM nº 371/00, apresentamos abaixo o resultado das reavaliações atuariais efetuadas por atuários independentes, em 31 de dezembro de 2002, nas citadas fundações:

	R\$ MIL
Valor justo dos ativos dos planos	5.158.409
(-) Valor presente da obrigação atuarial	<u>(7.056.281)</u>
Necessidade de cobertura atuarial	<u>(1.897.872)</u>

Da necessidade de cobertura atuarial apontada, as referidas controladas já têm reconhecido em seus registros contábeis o valor de R\$ 1.415.218 mil, referentes a provisões constituídas com base nos regulamentos do plano de benefício, não contratadas, apresentadas no exigível a longo prazo.

Restaria portanto, da apontada necessidade de cobertura atuarial, o reconhecimento de R\$ 482.654 mil, os quais, nos termos da Deliberação CVM nº 371/00, foram reconhecidos, em 31 de dezembro de 2002, no resultado do exercício de cada companhia, em contrapartida com o exigível a longo prazo - Passivo atuarial.

As empresas possuem registradas, também, em 31 de dezembro de 2002, obrigações já contratadas no montante de R\$ 691.537 mil.

Para efeito das reavaliações atuariais efetuadas nos termos da Deliberação CVM nº 371, foram utilizadas as seguintes premissas:

- a) taxa de 5% a 6% a.a. para o desconto da obrigação atuarial;
- b) taxa de rendimento de 6% a.a. esperada sobre os ativos do plano;
- c) taxa de crescimento salarial de até 7,12 % a.a.;
- d) índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada de até 4,% a.a.

NOTA 20 | GESTÃO DE RECURSOS FEDERAIS

A ELETROBRÁS é responsável pela gestão de recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, que se constitui em um fundo criado para cobertura de gastos da União com indenizações de eventuais reversões de concessões vinculadas ao serviço público de energia elétrica, cujos recursos são aplicados na concessão de financiamentos ao setor elétrico, visando a expansão e melhoria do serviço, realização de programa de conservação de energia mediante projetos específicos e financiamento de programas de eletrificação rural.

A contribuição para a formação da Reserva Global de Reversão é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota de reversão e encampação de serviços de energia elétrica de até 2,5% calculado sobre o valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço.

Os concessionários depositam suas quotas anuais de reversão, em duodécimos, até o último dia útil de cada mês, em conta bancária vinculada, administrada pela ELETROBRÁS, que movimenta a conta de Reserva Global de Reversão para aplicação prevista na Lei nº 5.655/71 e alterações posteriores, em especial para a concessão de empréstimos à Concessionários de Serviços Públicos de Energia Elétrica, para expansão e melhoria dos serviços.

Nesse sentido, os recursos da RGR são aplicados em projetos específicos de investimento, a saber:

I - Nas concessionárias, permissionárias e cooperativas de eletrificação rural, para expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica especialmente em áreas urbanas e rurais de baixa renda e para o programa de combate ao desperdício de energia elétrica;

II - para instalações de produção a partir de fontes eólica, solar, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, assim como termelétrica associada a pequenas centrais hidrelétricas e conclusão de obras já iniciadas de geração termonuclear, limitado, neste último caso, a 10% (dez por cento) dos recursos disponíveis;

III - para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos, mediante projetos específicos de investimento;

IV - para implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado; e

V - para o desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica, de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas para o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL.

Até 31 de dezembro de 1995, os recursos sacados pela ELETROBRÁS eram corrigidos monetariamente de acordo com os índices de correção monetária do Ativo Permanente, correção esta extinta naquela data.

A ELETROBRÁS credita à Reserva, juros de cinco por cento ao ano sobre o montante dos recursos utilizados.

A Reserva Global de Reversão – RGR ficará extinta ao final do exercício de 2010, devendo a ANEEL proceder à revisão tarifária de modo que os consumidores sejam beneficiados pela extinção do encargo.

Em 31 de dezembro de 2002, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo totalizavam R\$ 3.979.650 (R\$ 2.488.439 em 31 de dezembro de 2001).

A ELETROBRÁS também é responsável pela administração dos recursos decorrentes da Utilização de Bens Públicos – UBP, formados por contribuições dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – PIE.

NOTA 21 | EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório, criado pela Lei nº 4.156/62 para gerar recursos para a expansão do sistema elétrico nacional, foi extinto pela Lei nº 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31/12/93 como prazo final de recolhimento.

O estoque de recursos arrecadados, registrados no passivo circulante e exigível a longo prazo, vencível a partir de 2008, é remunerado à taxa de 6% ao ano, acrescido de atualização monetária, calculada, desde janeiro de 2000, com base na variação do IPCA-E, tendo alcançado em 31/12/2002 o total de R\$ 3.739.685 (R\$ 3.228.022 em 31/12/2001), dos quais, R\$ 3.507.900 a longo prazo (R\$ 3.067.556 em 31/12/2001).

As Obrigações da ELETROBRÁS, emitidas em contrapartida ao Empréstimo Compulsório arrecadado nos exercícios de 1964 a 1976, eram títulos ao portador, cujos valores, taxas de remuneração e prazos de resgate (10 ou 20 anos), variavam segundo as condições de emissão impressas no verso de cada título.

Considerando o previsto no § 11, do artigo 4º, da Lei nº 4.156, de 28/11/1962, com as alterações introduzidas pelo artigo 5º do decreto-lei nº 644, de 23/06/1969, o prazo de resgate das referidas Obrigações encontra-se vencido, já tendo decaído o direito referente ao recebimento do valor correspondente a cada título, não mais havendo, portanto, a possibilidade de negócios com os mesmos desde 1º de julho de 2002.

Assim sendo, o valor de R\$ 3.739.685 registrado como Empréstimo Compulsório, refere-se única e exclusivamente aos créditos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 Kwh, arrecadado no período de 1987 a 1993, conforme o decreto-lei 1.512/76, de 29 de dezembro de 1976, não havendo passivos constituídos relativos às Obrigações ou Cautelas de Obrigações.

NOTA 22 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

As ações da ELETROBRÁS não têm valor nominal. As preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendo, às taxas anuais de 8% no caso de ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculado sobre o capital correspondente a essas classes de ações.

O capital social em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 está representado por 537.502.520.880 ações e sua distribuição, pelos principais acionistas e espécies de ações, é apresentada a seguir:

QUADRO DE AÇÕES

	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	SÉRIE A	SÉRIE B	%	QUANTIDADE	%
UNIÃO	264.328.120.835	58,41	-	17.592.868.180	20,72	281.920.989.015	52,45
BNDESPAR	65.589.960.070	14,49	-	532.937.780	0,63	66.122.897.850	12,30
FND	22.810.794.898	5,04	-	-	-	22.810.794.898	4,24
OUTROS	<u>99.782.887.747</u>	<u>22,06</u>	<u>73.460.000</u>	<u>66.791.491.370</u>	<u>78,65</u>	<u>166.647.839.117</u>	<u>31,01</u>
	<u>452.511.763.550</u>	<u>100,00</u>	<u>73.460.000</u>	<u>84.917.297.330</u>	<u>100,00</u>	<u>537.502.520.880</u>	<u>100,00</u>

Do total das 166.647.839.117 ações em poder dos minoritários, 87.231.011.404 ações, ou seja, 52,3 % são de propriedade de investidores estrangeiros, sendo 73.411.639.694 ações ordinárias e 13.819.371.710 ações preferenciais da classe "B".

Dessa participação estrangeira, 55.721.443.500 ações ordinárias e 3.347.354.000 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de ADR - nível I.

Em 31 de dezembro de 2002 o valor patrimonial das ações, por lote de mil, é de R\$ 120,59 (2001 - R\$ 116,89), excluídos os adiantamentos para aumento de capital.

b) Reservas de Capital

	R\$ MIL	
	2002	2001
Compensação de insuficiência de remuneração – CRC	18.961.102	18.541.088
Ágio na emissão de ações (conversão do empréstimo compulsório)	754.827	54.827
Especial – Decreto-lei nº 54.936/64	387.419	387.419
Correção Monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção Monetária do empréstimo compulsório de 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções – FINOR e FINAM	297.355	14.677
	<u>23.418.790</u>	<u>22.716.098</u>

A Reserva de Capital denominada CRC foi constituída predominantemente em exercícios anteriores e corresponde à participação percentual da ELETROBRÁS, no reconhecimento das insuficiências de remuneração (Conta de Resultado a Compensar – CRC) de suas controladas, reconhecidas patrimonialmente por ocasião da liquidação dos compromissos do Tesouro Nacional por força do extinto regime de remuneração garantida vigente no Setor Elétrico até o exercício de 1993.

c) Reservas de Lucros

	R\$ MIL	
	2002	2001
Legal (art.193 – Lei 6.404/76)	1.466.027	1.411.010
Estatutária – estudos e projetos (art.194 – Lei 6.404/76)	202.897	191.894
Estatutária – investimentos (art.194 – Lei 6.404/76)	13.328.182	12.778.012
Estatutária – outras (art.194 – Lei 6.404/76)	11.081	11.081
Retenção de lucros (art. 196 – Lei 6.404/76)	59.150	-
Dividendos não distribuídos (art.202 – Lei 6.404/76)	3.778.866	3.171.234
	<u>18.846.203</u>	<u>17.563.231</u>

O estatuto prevê a destinação de 50% do lucro líquido para a reserva de investimentos e de 1% para a reserva de estudos e projetos.

d) Adiantamentos para futuro aumento de capital

Os adiantamentos recebidos do Tesouro Nacional pela Companhia destinaram-se a:

	R\$ MIL	
	2002	2001
Aquisição de participação acionária na CEEE	800.116	671.460
Aquisição da participação acionária na CGTEE	755.074	633.660
Linha de transmissão Banabuí – Fortaleza (repassado à CHESF)	26.254	22.032
UHE Xingó (repassado à CHESF)	73.764	61.903
Linhas de transmissão no Estado da Bahia (repassado à COELBA)	11.547	9.690
Fundo Federal de Eletrificação – Lei nº 5.073/66	68.317	56.653
	<u>1.735.072</u>	<u>1.455.398</u>

De acordo com o Decreto 2.673, de 16 de julho de 1998, sobre estes recursos incidem encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, calculados a partir da data da transferência efetuada pelo acionista até a data da capitalização.

NOTA 23 | RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	R\$ MIL			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2002	2001	2002	2001
Investimentos consolidados				
Equivalência patrimonial	(2.519.989)	289.139	-	-
Juros sobre o capital próprio	182.337	328.854	-	-
Rendimentos de capital de Itaipu	44.233	17.407	-	-
	<u>(2.293.419)</u>	<u>635.400</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Investimentos Relevantes não Consolidados				
Equivalência patrimonial	220.739	-	220.739	-
Juros sobre o capital próprio	30.534	-	30.534	-
	<u>251.273</u>	<u>-</u>	<u>251.273</u>	<u>-</u>
Investimentos temporários				
Avaliação patrimonial – classificados no realizável	(826.371)	-	(826.371)	-
Avaliação patrimonial – classificados no permanente	(386.828)	-	(386.828)	-
	<u>(1.213.199)</u>	<u>-</u>	<u>(1.213.199)</u>	<u>-</u>
	<u>(3.255.345)</u>	<u>635.400</u>	<u>(961.926)</u>	<u>-</u>
Outros Investimentos				
Juros sobre o capital próprio	24.272	11.931	24.272	11.931
Dividendos	40.050	14.622	40.498	21.224
Remuneração de investimentos em parcerias	246.026	19.793	246.026	19.793
	<u>310.348</u>	<u>46.346</u>	<u>310.796</u>	<u>52.948</u>
	<u>(2.944.997)</u>	<u>681.746</u>	<u>(651.130)</u>	<u>52.948</u>

NOTA 24 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A. Gestão de recursos

Nas aplicações da ELETROBRÁS destacam-se, fundamentalmente, os empréstimos e financiamentos de longo prazo e os investimentos em participações acionárias em empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica.

Os empréstimos e financiamentos concedidos estão associados à função de agente de financiamento do setor elétrico nacional, onde se destacam aqueles concedidos à ITAIPU BINACIONAL, e são remunerados em média a 7,52 % a.a. (2001 - 8,62% a.a.). A redução da taxa média de remuneração dos empréstimos e financiamentos, neste exercício, está impactada pela renegociação de dívidas de controladas, conforme descrito na Nota 4.

De acordo com o seu estatuto, a ELETROBRÁS está restrita a conceder financiamentos apenas às concessionárias de serviço público de energia elétrica. Desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é por ela definida, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar outras alternativas, que não o próprio setor elétrico, o valor justo desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No exigível a longo prazo, destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos, o Empréstimo Compulsório e a Reserva Global de Reversão - RGR. Os empréstimos e financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências internacionais multilaterais (BID, BIRD, CAF e etc.), não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas internacionais, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor justo.

O Empréstimo Compulsório, criado com o objetivo de gerar recursos para a expansão do sistema, recolhido junto a consumidores industriais, foi extinto pela Lei nº 7.181, de 20 de dezembro de 1993, definindo o prazo de 31 de dezembro de 1993 como data limite para seu recolhimento. Atualmente a ELETROBRÁS gerencia o estoque do empréstimo compulsório, atualizando-os com base no IPCA-E e remunerando-os à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido. Dadas as suas restrições de aplicações, os saldos contábeis estão apresentados ao valor justo.

A ELETROBRÁS finalizou o exercício de 2002 com 24 contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 6.026.040 mil, conforme demonstrado a seguir.

MOEDA	US\$ MIL (EQUIVALENTES)	%	R\$ MIL
US\$	1.089.540	63,88	3.849.672
Y\$	288.106	11,82	1.017.965
EURO	201.547	16,89	712.126
R\$	126.306	7,41	446.277
Total	1.705.499	100,00	6.026.040

No encerramento do exercício, a empresa mantinha 834 contratos concedidos de empréstimos e financiamentos, totalizando R\$ 44.023.324 mil, conforme demonstrado a seguir:

MOEDA	US\$ MIL (EQUIVALENTES)	%	R\$ MIL
US\$	6.797.744	54,56	24.018.468
IGP-M	2.662.978	21,37	9.409.102
R\$	2.386.046	19,15	8.430.615
Y\$	305.986	2,46	1.081.142
EURO	306.795	2,46	1.083.998
Total	12.459.549	100,00	44.023.324

A ELETROBRÁS presta garantias e avais a empresas controladas, as quais atingiram o montante, em 31 de dezembro de 2002, de R\$ 209.394 mil.

B. Risco cambial

Comparando-se a dívida e os recebíveis em moeda estrangeira, observa-se uma cobertura de cerca de 4,7 vezes, além disso, os prazos de pagamentos e recebimentos também se mostram compatíveis.

Destaca-se que a ELETROBRÁS, após a Resolução nº 2.917 do BACEN, de 12 de dezembro de 2001, que autoriza a diversificação dos investimentos praticados exclusivamente no Banco do Brasil, está avaliando novas políticas de aplicação das disponibilidades de recursos próprios com o objetivo de maximizar seus rendimentos e criar mecanismos de proteção contra eventuais riscos cambiais.

O Sistema ELETROBRÁS não detém instrumentos derivativos, uma vez que a administração considera que o saldo dos recebíveis em moeda estrangeira e o seu fluxo de realização é suficiente para que a empresa se mantenha adimplente com seus compromissos. No entanto, com vistas a melhor adequar os recebimentos aos pagamentos, a ELETROBRÁS, desde 2001, adota a prática de realizar contratos de câmbio a termo, de valores não relevantes, conforme autorizado pela Resolução do Banco Central nº 2.967, de 11 de fevereiro de 2000.

C. Gerenciamento de investimentos

Os investimentos em participações societárias são provenientes da função "holding" da ELETROBRÁS, que exerce o controle em cinco concessionárias geradoras - FURNAS, CHESF, ELETRONORTE – que controla integralmente as distribuidoras MANAUS Energia e BOAVISTA Energia - ELETRONUCLEAR e CGTEE e em uma de transmissão - ELETROSUL, cujas ações não são negociadas em bolsas de valores.

Além dessas participações majoritárias, a ELETROBRÁS detém 50% do capital da ITAIPU BINACIONAL e o controle acionário da LIGHTPAR. Participa, também, de forma minoritária, em diversas concessionárias de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2002, a ELETROBRÁS mantinha investimentos avaliados ao custo, no valor de R\$ 398.875 mil, dos quais R\$ 379.313 mil referem-se a empresas de capital aberto - concessionárias de serviço público de energia elétrica. Embora as ações dessas empresas sejam admitidas em negociação em bolsas de valores, seu reduzido volume de negócios não caracteriza a existência de um mercado ativo, conforme definido na Instrução CVM nº 235/96, bem como os preços praticados não representam, necessariamente, os valores que seriam obtidos na negociação de um volume significativo de ações, demonstrando, portanto, a inexistência de condições razoáveis para o estabelecimento de preços de mercado para esses ativos, de forma a permitir uma adequada comparação com os valores contábeis.

NOTA 25 | REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A menor e a maior remunerações pagas a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2002, foram de R\$ 914,94 e R\$ 14.652,35 respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETROBRÁS. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2002, correspondeu a R\$ 16.844,82.

NOTA 26 | ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MAE

O Governo Federal editou, em 15 de maio de 2001, a Medida Provisória nº 2.147, criando a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial, para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, tendo em vista a situação hidrológica crítica existente no primeiro semestre de 2001. Esta estabeleceu, por meio do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, regimes especiais de tarifação, limites de uso de energia elétrica e medidas necessárias para redução do consumo, que perduraram até fevereiro de 2002.

Com o objetivo de solucionar pendências nas relações comerciais entre os agentes, com a implantação do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, em 18 de dezembro de 2001, o Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico, integrante da GCE, as geradoras e as distribuidoras, patrocinadas pelas suas associações ABRAGE e ABRADDEE, firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico.

Em decorrência do citado Acordo, foi editada a Medida Provisória nº 14, convertida na Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, cujo texto não trouxe alterações que afetem a forma de apuração dos números, não trazendo efeitos para a Companhia. A Resolução GCE nº 91, de 21 de dezembro de 2001, e a Resolução ANEEL nº 31, de 24/01/2002, autorizaram uma recomposição tarifária extraordinária.

O Acordo e as normas da ANEEL previam, ainda, providências relativas à homologação dos números por aquela Agência, a adequação dos contratos iniciais, o financiamento pelo BNDES de 90% dos montantes da recomposição tarifária extraordinária e do estipulado para o reembolso de pagamento de energia livre, com prazos de amor-

tização e encargos financeiros equivalentes aos da recomposição tarifária extraordinária, bem como a edição, pela ANEEL, de resoluções instruindo a operacionalização do Acordo.

Em 04 de julho de 2002, as empresas do Setor Elétrico assinaram os instrumentos legais que consolidam a implantação do Acordo Geral, representados por: Termos Aditivo aos Contratos Iniciais, Acordo de Reembolso de Pagamento de Energia Livre, Acordo de Compra de Sobras Líquidas Contratuais, Declaração dos Geradores e Declaração dos Distribuidores.

Definidas as regras de contabilização, que consideraram as últimas orientações da ANEEL, o MAE reprocessou os cálculos dos montantes destinados a cada agente.

O resumo financeiro das operações de compra e venda de energia no âmbito do MAE, para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, contabilizadas de acordo com as informações divulgadas até esta data, e sem considerar a liquidação ocorrida em 30 de dezembro de 2002, está a seguir demonstrado:

	R\$ MIL		
	VENDA (COMPRA) DE ENERGIA ELÉTRICA	DIREITO DE RESSARCIMENTO	VALOR LÍQUIDO
ELETROBRÁS	5.092	-	5.092
FURNAS	389.648	525.932	915.580
CHESF	(962.639)	586.182	(376.457)
CGTEE	(34.813)	8.175	(26.638)
ELETRONORTE	(335.252)	30.396	(304.856)
TOTAL	(937.964)	1.150.685	(212.721)

Em 30 de dezembro de 2002, ocorreu a primeira liquidação, de forma parcial, das operações realizadas no âmbito do MAE, referente às comercializações de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a setembro 2002.

As liquidações dos montantes financeiros relativos ao mês de outubro de 2002 ocorreram em 15 de janeiro de 2003, as de novembro de 2002 em 11 de fevereiro de 2003 e as de dezembro de 2002 em 25 de fevereiro de 2003.

Os valores referentes às vendas e (compras) de energia elétrica das empresas do Sistema ELETROBRÁS são os seguintes:

	R\$ MIL				
	SET/00 A SET/02	OUT A DEZ/02	TOTAL	LIQUIDAÇÃO	SALDO
ELETROBRÁS	5.092	-	5.092	(2.181)	2.911
CHESF	(878.111)	(84.528)	(962.639)	418.092	(544.547)
FURNAS	513.299	(123.651)	389.648	(100.411)	289.237
ELETRONORTE	(286.000)	(49.252)	(335.252)	136.209	(199.043)
CGTEE	(24.910)	(9.903)	(34.813)	16.380	(18.433)
TOTAL	(670.630)	(267.334)	(937.964)	468.089	(469.875)

NOTA 27 | COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE ITAIPU

a) Repasse de energia

Nos termos da Lei 10.438, de 26 de abril de 2002 a ELETROBRÁS fica designada para a aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por ITAIPU Binacional, passando a ser o Agente Comercializador de energia elétrica gerada pela citada empresa.

A ELETROBRÁS iniciou o faturamento para as empresas distribuidoras a partir de janeiro de 2003.

Desse modo, foram sub-rogados à ELETROBRÁS os compromissos de aquisição e repasse de energia firmados por FURNAS e ELETROSUL com as concessionárias de distribuição de energia elétrica, equivalentes a 72.384 GW/ano.

A partir de janeiro de 2003 a tarifa de suprimento de energia praticada por ITAIPU Binacional está fixada em US\$ 15.93/kW (até dezembro de 2002 - US\$ 18.83/kW) e, a tarifa de repasse (venda) será de US\$ 17.5553/kW.

O resultado da comercialização de energia de ITAIPU Binacional será destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual e crédito do "bônus" nas contas de energia, aos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado integrantes das Classes Residencial e Rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002. Dessa forma, a atividade de comercialização de energia elétrica não produzirá efeitos no resultado líquido da ELETROBRÁS.

b) Excedente de energia

A partir da publicação da Lei 10.438/02, a ELETROBRÁS está sendo faturada mensalmente pela ITAIPU Binacional pelo montante de energia não vinculada a potência contratada pelo Sistema Elétrico Brasileiro, o denominado excedente de energia de ITAIPU. Essa energia, de acordo com os procedimentos adotados pelo Mercado Atacadista Elétrica – MAE, aprovados pela ANEEL, está sendo rateada entre as concessionárias distribuidoras de energia elétrica e, por elas comercializadas no mercado de curto prazo, sem nenhum ressarcimento à ELETROBRÁS (ver letra d, abaixo).

Dessa forma, a ELETROBRÁS está registrando estes pagamentos realizados até o encerramento do exercício, que totalizam R\$ 67.908 mil, sendo que, R\$ 62.677 mil, para ressarcimento futuro, nos termos do Decreto 4.550/2002, apresentada no Ativo Circulante - "Conta de comercialização de energia elétrica de ITAIPU"; acréscido do montante de R\$ 222.282 mil, abaixo mencionado.

c) Redução da tarifa de repasse

Pela Resolução ANEEL nº 570, de 22 de outubro de 2002, esta Agência resolveu aplicar, já a partir de outubro de 2002, na tarifa praticada por FURNAS e ELETROSUL no repasse às concessionárias distribuidoras de energia elétrica, uma redução no valor da tarifa de repasse (venda) de US\$ 20.1988/kW (praticada até 22 de outubro de 2002) para US\$ 17.5374/kW, cuja revisão se daria em janeiro de 2003, sem que ocorresse, no entanto, a cor-

respondente redução na tarifa de suprimento (compra) praticada por ITAIPU, que foi mantida em US\$ 18.83/kW até 31 de dezembro de 2002.

Dessa forma, no período de outubro a dezembro de 2002, a tarifa de repasse (venda) praticada por FURNAS e ELETROSUL, fixada pela citada Resolução ANEEL, foi insuficiente para quitar integralmente as faturas de suprimento (compra) da ITAIPU Binacional. A parcela não quitada por FURNAS e ELETROSUL, no montante de R\$ 222.282 mil, foi absorvida pela ELETROBRÁS e está apresentada no Ativo Circulante, em contrapartida ao Passivo Circulante – Créditos de controladas, a qual será realizada até 31 de dezembro de 2003.

d) Ação Judicial – excedente de ITAIPU

Conforme já divulgado nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2001, a ELETROBRÁS, em 30 de outubro de 2001, obteve liminar concedida pelo Juízo da 16ª Vara Federal/SJDF, no âmbito da Ação Cautelar movida contra a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia - ASMAE e as empresas concessionárias de distribuição das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a qual determinou que a então ASMAE, até ulterior deliberação, se abstivesse de proceder à contabilização da energia não vinculada à potência contratada pelas concessionárias de distribuição, denominada de excedente de energia da ITAIPU BINACIONAL, e seu conseqüente faturamento em favor daquelas empresas concessionárias de distribuição.

No dia 23 de julho de 2002, em atendimento a pleito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, a liminar foi revogada. Não obstante, a ELETROBRÁS prossegue adotando todas as providências judiciais para resguardo de seus interesses e de seus acionistas, inclusive no âmbito da Medida Cautelar e da Ação Ordinária, ora em curso, por ela ajuizadas, para reconhecimento de seus direitos à aquisição e comercialização da referida energia excedente.

Cabe registrar que, consoante os termos da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 4450, de 27 de dezembro de 2002, a ELETROBRÁS foi designada Agente Comercializador de Energia de ITAIPU, ficando responsável pela comercialização da energia produzida por tal usina, consumida no Brasil.

NOTA 28 | LEILÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, estabeleceu em seu Artigo 10 que fossem firmados contratos de suprimento de energia, denominados Contratos Iniciais de Energia, regulados pela ANEEL, para os anos de 1999, 2000, 2001 e 2002. A mesma Lei estabeleceu que a partir de 2003, o montante contratado verificado em 2002 se reduziria em 25% ao ano.

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu que as Concessionárias de Geração de Serviço Público, sob controle Federal, somente poderiam vender sua parcela de energia livre, incluída a energia liberada dos Contratos Iniciais, em Leilões Públicos regulamentados pela ANEEL ou no âmbito do MAE.

As controladas FURNAS, CHESF, ELETRONORTE e CGTEE, serão impactadas pelos efeitos da mudança da legislação e estão avaliando os reflexos inerentes em seus resultados.

ANEXO I
CONSUMIDORES E REVENDEDORES (EM R\$ MILHARES)

	CONSOLIDADO				2001
	A VENCER	2002		TOTAL	
		ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS A + 90 DIAS		
FURNAS					
Revendedores					
ELMA	304.306	39.702	-	344.008	388.117
LIGHT	269.879	-	-	269.879	323.625
CEB	59.734	36.653	278.928	375.315	-
CELG	53.124	42.808	620.811	716.743	-
CEMIG	255.433	105	4.563	260.101	223.517
CPFL	145.642	96.241	-	241.883	163.986
EBE	103.223	12.929	-	116.152	151.269
PIRATININGA	98.776	65.854	-	164.630	-
ELEKTRO	79.239	9.908	-	89.147	-
CERJ	86.498	-	-	86.498	-
CEMAT	23.257	38.372	-	61.629	-
ESCELSA	59.756	-	-	59.756	-
MAE	954.726	-	-	954.726	574.544
OUTRAS	59.545	-	1.959	61.504	1.029.372
(-) Provisão - PCLD	-	(22.138)	(899.739)	(921.877)	-
	<u>2.553.138</u>	<u>320.434</u>	<u>6.522</u>	<u>2.880.094</u>	<u>2.854.430</u>
CHESF					
Consumidores					
Industriais	76.353	2.719	31.589	110.661	84.568
Revendedores					
COELBA	61.632	45.176	6.040	112.848	93.895
CELPE	51.724	36.950	4.940	93.614	78.686
COELCE	39.978	-	-	39.978	61.889
COSERN	20.953	14.939	2.546	38.438	34.100
SAELPA	24.061	4.557	514	29.132	27.190
ENERGIPE	16.485	-	-	16.485	17.651
MAE	186.496	-	-	186.496	173.220
OUTROS	97.177	2.753	4.490	104.420	188.590
	<u>498.506</u>	<u>104.375</u>	<u>18.530</u>	<u>621.411</u>	<u>675.221</u>
	<u>574.859</u>	<u>107.094</u>	<u>50.119</u>	<u>732.072</u>	<u>759.789</u>
ELETRONORTE					
Consumidores					
Industrial	81.076	3.961	3.487	88.524	49.634
Residencial	19.911	19.292	30.365	69.568	59.213
Comercial	10.868	7.274	9.072	27.214	22.104
Rural	193	133	62	388	365
Poder público	18.675	9.328	51.452	79.455	60.573
	<u>130.723</u>	<u>39.988</u>	<u>94.438</u>	<u>265.149</u>	<u>191.889</u>

	CONSOLIDADO				2001
	A VENCER	2002		TOTAL	
		ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS A + 90 DIAS		
Revededores					
CELPA	58.993	-	-	58.993	52.505
CEMAR	17.723	7.572	127.804	153.099	37.208
MAE	186.478	-	-	186.478	276.155
OUTROS	20.954	11.952	109.502	142.408	101.765
(-) Provisão - PCLD	-	-	(274.353)	(274.353)	-
	<u>284.148</u>	<u>19.524</u>	<u>(37.047)</u>	<u>266.625</u>	<u>467.633</u>
	<u>414.871</u>	<u>59.512</u>	<u>57.391</u>	<u>531.774</u>	<u>659.522</u>
ELETROSUL					
Transmissão					
CELESC	4.659	-	-	4.659	3.156
COPEL	3.841	-	-	3.841	3.161
ENERSUL	1.560	-	-	1.560	-
CEMIG	3.298	-	-	3.298	-
ELMA	3.491	-	-	3.491	-
CPFL	2.103	-	-	2.103	-
LIGHT	2.348	-	-	2.348	-
OUTROS	17.199	-	-	17.199	23.220
	<u>38.499</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.499</u>	<u>29.537</u>
Revededores					
CELESC	54.405	20.175	-	74.580	74.517
COPEL	79.315	-	-	79.315	70.398
AES - SUL	35.753	126.649	-	162.402	59.226
CEEE	31.541	5.835	-	37.376	44.312
ENERSUL	12.579	-	-	12.579	11.155
RGE	26.087	-	-	26.087	23.091
OUTROS	2.024	9.205	-	11.229	1.733
TOTAL	<u>241.704</u>	<u>161.864</u>	<u>-</u>	<u>403.568</u>	<u>284.432</u>
	<u>280.203</u>	<u>161.864</u>	<u>-</u>	<u>442.067</u>	<u>313.969</u>
CGTEE					
Revededores					
AES SUL	4.965	-	-	4.965	4.628
RGE	4.965	-	-	4.965	4.950
CEEE	10.318	-	-	10.318	8.982
MAE	10.112	-	-	10.112	12.162
Outros	272	-	-	272	379
	<u>30.632</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.632</u>	<u>31.101</u>
ITAIPU					
Revededores					
ANDE	134.619	-	-	134.619	38.844
TOTAL GERAL	<u>3.988.322</u>	<u>648.904</u>	<u>114.032</u>	<u>4.751.258</u>	<u>4.657.655</u>

ANEXO II

DEMONSTRAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A RECEBER
EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$ MILHARES)

	CONTROLADORA							
	2002				2001			
	ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL	
TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	
CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO								
FURNAS	6,85%	19.264	132.361	1.635.547	7,26%	14.547	84.380	1.001.380
CHESF	10,88%	3.417	724.553	4.940.775	10,94%	9.048	457.780	4.801.442
ELETROSUL	6,00%	14	9.204	56.660	6,00%	391	8.558	30.830
ELETRONORTE	4,11%	1.214.232	1.018.839	4.349.413	10,51%	851.877	864.325	2.819.203
ELETRONUCLEAR	8,30%	257.647	349.798	1.246.467	7,29%	259.776	371.138	493.140
LIGHTPAR	12,00%	2.370	11.047	-	12,00%	1.322	11.047	-
ITAIPU	7,06%	22.363	22.330	21.030.850	7,06%	280.489	14.862	13.746.031
		<u>1.519.307</u>	<u>2.268.132</u>	<u>33.259.712</u>		<u>1.417.450</u>	<u>1.812.090</u>	<u>22.892.026</u>
OUTRAS								
CEPISA	8,09%	33.055	53.692	150.128	10,00%	14.456	23.941	136.837
CERON	10,19%	2.324	196.992	478.698	10,34%	8.773	153.707	324.255
CEMIG	8,59%	71	63.672	353.963	8,91%	3.396	61.262	318.266
COPEL	8,23%	17	49.641	402.758	8,20%	3.504	61.246	424.253
CEEE	11,10%	360	20.576	302.960	12,16%	3.410	61.442	206.174
CGEEP	10,00%	3.843	59.259	1.069.002	10,00%	3.714	45.626	905.135
CGEET	10,00%	4.906	75.599	1.364.566	10,00%	4.740	58.196	1.155.389
ELETROPAULO	10,50%	199.816	108.024	-	10,50%	186.921	108.024	-
(-) Provisão - PCLD	-	(199.816)	(108.024)	-	-	-	-	-
GERASUL	12,00%	-	53.280	375.453	12,00%	4.819	51.848	430.028
CELPE	6,56%	-	14.551	75.184	7,24%	374	28.239	44.438
CEMAR	10,84%	1.873	107.981	127.274	10,71%	1.544	41.888	145.041
CESP	9,05%	935	11.201	261.213	9,77%	780	11.338	146.877
OUTRAS		<u>32.300</u>	<u>215.253</u>	<u>1.013.593</u>		<u>22.174</u>	<u>201.249</u>	<u>694.456</u>
		<u>79.684</u>	<u>921.697</u>	<u>5.974.792</u>		<u>258.605</u>	<u>908.006</u>	<u>4.931.149</u>
TOTAL	-	<u>1.598.991</u>	<u>3.189.829</u>	<u>39.234.504</u>		<u>1.676.055</u>	<u>2.720.096</u>	<u>27.823.175</u>

Os financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis até 2023.

CONSOLIDADO							
2002				2001			
ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL	
TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
7,06%	11.182	11.165	10.515.425	7,06%	140.245	7.735	6.898.093
	<u>11.182</u>	<u>11.165</u>	<u>10.515.425</u>		<u>140.245</u>	<u>7.735</u>	<u>6.898.093</u>
8,09%	33.055	53.692	150.128	10,00%	14.456	23.941	136.837
10,19%	2.324	196.992	478.698	10,34%	8.773	153.707	324.255
8,59%	71	63.672	353.963	8,91%	3.396	61.262	318.266
8,23%	17	49.641	402.758	8,20%	3.504	61.246	424.253
11,10%	360	20.576	302.960	12,16%	3.410	61.442	206.174
10,00%	3.843	59.259	1.069.002	10,00%	3.714	45.626	905.135
10,00%	4.906	75.599	1.364.566	10,00%	4.740	58.196	1.155.389
10,50%	199.816	108.024	-	10,50%	186.921	108.024	-
-	(199.816)	(108.024)	-	-	-	-	-
12,00%	-	53.280	375.453	12,00%	4.819	51.848	430.028
6,56%	-	14.551	75.184	7,24%	374	28.239	44.438
10,84%	1.873	107.981	127.274	10,71%	1.544	41.888	145.041
9,05%	935	11.201	261.213	9,77%	780	11.338	146.877
	<u>38.858</u>	<u>222.356</u>	<u>1.077.701</u>		<u>27.890</u>	<u>244.260</u>	<u>671.808</u>
	<u>86.242</u>	<u>928.800</u>	<u>6.038.900</u>		<u>264.321</u>	<u>951.017</u>	<u>4.908.501</u>
	<u>97.424</u>	<u>939.965</u>	<u>16.554.325</u>		<u>404.566</u>	<u>958.752</u>	<u>11.806.594</u>

ANEXO III

INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONSOLIDADAS

(EM R\$ MILHARES)

DADOS DAS EMPRESAS	2002			
	FURNAS	CHESF	ELETROSUL	ELETRONORTE (C)
Capital social	1.257.785	1.256.333	279.072	2.801.017
Patrimônio líquido (a)	10.785.380	9.544.530	1.501.771	9.610.830
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	540.314	79.447	58.324	(1.096.118)
PARTICIPAÇÃO DA ELETROBRÁS				
Quantidade de ações - lote de mil				
Ordinárias	50.618.949	40.477	42.582	68.389
Preferenciais	14.088.223	867	-	-
Participação em %				
Subscrito e integralizado	99.54	99.35	99.71	98.16
Votante	99.82	100.00	100.00	99.71
MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS				
Saldos no início do exercício	10.154.550	9.401.572	1.464.384	11.351.078
Ajuste de JCP de exercício anterior	49.710	-	-	-
Equivalência patrimonial - resultado do exercício	517.618	90.463	58.155	(1.917.087)
Equivalência patrimonial - Reserva de Capital	420.014	-	-	-
Rendimento de capital	-	-	-	-
Dividendos	-	(97.245)	-	-
Juros sobre o capital próprio - do ano anterior	(248.912)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - do exercício	(157.213)	-	(25.124)	-
Saldos no final do exercício	<u>10.735.767</u>	<u>9.394.790</u>	<u>1.497.415</u>	<u>9.433.991</u>

a) Exclui adiantamentos para aumento de capital, conforme demonstrado na Nota 10;

b) A participação da ELETROBRÁS na ITAIPU BINACIONAL, de acordo com o Decreto nº 72.707/73, foi fixada em US\$50 milhões. Em 2002 a ITAIPU creditou à ELETROBRÁS rendimentos de capital equivalentes a R\$ 44.233 mil (2001 - R\$ 17.407 mil), conforme previsto no item III do Anexo C ao Tratado firmado entre o Brasil e o Paraguai, de 26 de abril de 1973.

c) O Patrimônio líquido da ELETRONORTE foi reduzido, para efeito de cálculo da equivalência patrimonial, em R\$ 236.032 mil correspondente à parcela de créditos vencidos há mais de 90 dias, junto a CEMAR e CEA, não provisionados por aquela controlada.

					2001
ELETRONUCLEAR	LIGHTPAR	CGTEE	ITAIPU (B)	TOTAL	TOTAL
507.002	113.790	868.721	353.330	-	-
2.049.072	32.105	666.684	353.330	-	-
(1.146.244)	3.899	(9.662)	-	-	-
3.950.436	8.480.196	1.126.273	-	-	-
1.096.474	-	-	-	-	-
99.54	81.61	99.94	50.00	-	-
98.16	99.82	81.61	99.94	-	-
3.180.619	23.019	675.940	116.020	36.367.182	36.559.886
-	-	-	49.710	-	81.872
(1.140.972)	3.182	(9.656)	104.878	(2.293.419)	635.400
-	-	-	420.014	(325.877)	-
-	-	(44.233)	(44.233)	(17.407)	-
-	-	-	-	(97.245)	(74.513)
-	-	-	-	(248.912)	(163.325)
-	-	-	-	(182.337)	(328.854)
<u>2.039.647</u>	<u>26.201</u>	<u>666.284</u>	<u>176.665</u>	<u>33.970.760</u>	<u>36.367.182</u>

d) No resultado da equivalência patrimonial da ELETRONORTE, está computada parcela referente a ajuste de exercícios anteriores, no montante de aproximadamente R\$ 623.000 mil, referente a amortização do ativo diferido correspondente à UHE Tucuruí.

e) Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2001 das controladas ELETROSUL, ELETRONORTE, ELETRONUCLEAR, LIGHTPAR, CGTEE e da controlada em conjunto ITAIPU foram realizados por outros auditores independentes, as relativas a 31 de dezembro de 2002 das controladas CHESF, ELETROSUL, ELETRONUCLEAR, LIGHTPAR e CGTEE também foram realizadas por outros auditores independentes

ANEXO IV

ATIVO IMOBILIZADO (EM R\$ MILHARES)

	CONTROLADORA		FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	2002		
	2002	2001				ELETRONUCLEAR	ITAIPIU	
GERAÇÃO								
Em serviço	-	-	7.442.255	15.869.676	13.320.777	5.335.326	32.020.794	
Depreciação acumulada	-	-	(2.109.139)	(4.984.250)	(5.822.616)	(961.422)		
	-	-	5.333.116	10.885.426	7.498.161	4.373.904	32.020.794	
Em curso	-	-	632.286	358.062	2.263.234	1.791.177		
	-	-	5.965.402	11.243.488	9.761.395	6.165.081	32.020.794	
TRANSMISSÃO								
Em serviço	-	-	9.843.371	5.573.970	5.755.323	-	-	
Depreciação acumulada	-	-	(4.365.592)	(2.314.513)	(2.085.353)	-	-	
	-	-	5.477.779	3.259.457	3.669.970	-	-	
Em curso	-	-	1.358.035	1.460.441	1.118.349	-	-	
	-	-	6.835.814	4.719.898	4.788.319	-	-	
DISTRIBUIÇÃO								
Em serviço	-	-	-	-	730.974	-	-	
Depreciação acumulada	-	-	-	-	(284.178)	-	-	
	-	-	-	-	446.796	-	-	
Em curso	-	-	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	559.772	-	-	
ADMINISTRAÇÃO								
Em serviço	20.560	75.256	129.015	637.077	23.854	21.154	-	
Depreciação acumulada	(14.480)	(61.885)	(63.148)	(282.172)	(12.988)	(9.971)	-	
	6.080	13.371	65.867	354.905	10.866	11.183	-	
Em curso	85	654	32.206	110.863	53.910	858	-	
	6.165	14.025	98.073	465.768	64.776	12.041	-	
(-) Obrig. Vinc. a Concessão	-	-	(112.540)	(155.886)	(287.356)	(47.314)	-	
TOTAL	6.165	14.025	12.786.749	16.273.268	14.886.906	6.129.808	32.020.794	
Taxa anual média de depreciação (%)								
Geração	-	-	2,30	2,05	2,38	3,30	-	
Transmissão	-	-	3,10	2,82	3,00	-	-	
Distribuição	-	-	-	-	5,62	-	-	
Administração	6,30	6,08	6,30	5,01	7,54	10,00	-	

1 - Nos termos do Decreto n.º 41.019/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição, inclusive na comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

2 - As taxas de depreciação praticadas pelas controladas foram estipuladas pela Resolução ANEEL n.º 2/97, na forma das instruções contidas na Portaria DNAEE n.º 815/94. No caso de ITAIPIU, não é calculada a depreciação de suas instalações, por não se constituir um item do Custo do Serviço de Eletricidade, conforme definido no

CONSOLIDADO								
		2001						
OUTRAS	TOTAL	FURNAS	CHESF	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	ITAIPU	OUTRAS	TOTAL
1.900.965	75.889.793	7.460.421	15.849.948	13.320.936	5.940.174	21.952.553	1.894.287	66.418.319
(1.394.205)	(15.271.632)	(1.977.618)	(4.758.557)	(5.494.419)	(1.204.817)	-	(1.313.351)	(14.748.762)
506.760	60.618.161	5.482.803	11.091.391	7.826.517	4.735.357	21.952.553	580.936	51.669.557
3.407	5.048.166	282.114	315.367	1.474.512	1.669.409	-	2.164	3.743.566
510.167	65.666.327	5.764.917	11.406.758	9.301.029	6.404.766	21.952.553	583.100	55.413.123
2.216.957	23.389.621	9.643.578	5.416.949	6.088.639	-	-	1.978.117	23.127.283
(966.554)	(9.732.012)	(4.053.708)	(2.142.899)	(2.030.187)	-	-	(907.566)	9.134.360)
1.250.403	13.657.609	5.589.870	3.274.050	4.058.452	-	-	1.070.551	13.992.923
112.664	4.049.489	763.037	1.286.730	668.033	-	-	208.426	2.926.226
1.363.067	17.707.098	6.352.907	4.560.780	4.726.485	-	-	1.278.977	16.919.149
-	730.974	-	-	402.014	-	-	-	402.014
-	(284.178)	-	-	(139.003)	-	-	-	(139.003)
-	446.796	-	-	263.011	-	-	-	263.011
112.976	112.976	-	-	70.373	-	-	-	70.373
-	559.772	-	-	333.384	-	-	-	333.384
34.284	865.944	123.832	512.806	23.957	19.477	-	88.587	768.659
(5.925)	(388.684)	(59.684)	(245.936)	(8.871)	(7.276)	-	(66.209)	(387.976)
28.359	477.260	64.148	266.870	15.086	12.201	-	22.378	380.683
2.704	200.626	19.409	147.159	20.825	3.270	-	2.335	192.998
31.063	677.886	83.557	414.029	35.911	15.471	-	24.713	573.681
(254)	(603.350)	(112.540)	(152.982)	(279.165)	(47.314)	-	(254)	(592.255)
1.904.043	84.007.733	12.088.841	16.228.585	14.117.644	6.372.923	21.952.553	1.886.536	72.647.082
-	-	2,30	2,07	2,38	3,30	-	-	-
-	-	3,10	2,80	3,00	-	-	-	-
-	-	-	-	5,62	-	-	-	-
-	-	6,30	5,71	7,54	10,00	-	-	-

Anexo "C" do Tratado assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

3 - Os bens estão segurados e sua cobertura é determinada em função de seus valores e grau de risco envolvido.

4 - Não existem ativos imobilizados hipotecados ou inservíveis de valores relevantes.

ANEXO V

DEMONSTRAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS A PAGAR
EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$ MILHARES)

	CONTROLADORA							
	2002				2001			
	ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL	
	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
MOEDA ESTRANGEIRA								
Instituições Financeiras								
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	4,91%	1.369	45.368	12.150	5,14%	1.919	48.689	34.457
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	7,06%	17.928	109.401	1.091.323	7,46%	14.116	44.757	805.655
Comitê Andino de Fomento - CAF	6,07%	8.918	13.881	682.684	6,94%	3.697	9.116	118.506
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KFW	5,65%	500	35.151	320.285	5,65%	738	19.597	195.974
AMFORP & BEPCO	6,38%	-	2.406	15.698	6,38%	581	1.849	13.878
FINEP	3,00%	2	163	-	3,00%	4	214	107
Dresdner Bank	6,50%	753	35.153	320.284	6,50%	456	19.597	195.975
Eximbank	1,65%	4.774	65.367	947.824	1,65%	1.505	38.868	602.458
Outras		-	-	-		-	-	-
		34.244	306.890	3.390.248		23.016	182.687	1.967.010
Bônus								
Bônus - Nomura S.I.Incorp.		-	-	-	8,88%	3.043	86.226	-
Bônus - West LB	12,00%	8.480	-	1.059.990	12,00%	5.569	-	696.120
Bônus - S. Brothers / AMRO	10,00%	31.319	-	664.225	10,00%	19.853	-	436.212
Bônus - J.P.Morgan Securities	9,00%	783	-	82.442	9,00%	1.932	208.836	-
		40.582	-	1.806.657		30.397	295.062	1.132.332
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		-	-	-
Outros		-	-	1.142		-	-	1.142
		-	-	1.142		-	-	1.142
		74.826	306.890	5.198.047		53.413	477.749	3.100.484
MOEDA NACIONAL								
Tesouro Nacional	11,71%	-	20.354	425.923	11,71%	-	14.457	356.147
Outros		-	-	-		-	-	-
		-	20.354	425.923		-	14.457	356.147
		<u>74.826</u>	<u>327.244</u>	<u>5.623.970</u>		<u>53.413</u>	<u>492.206</u>	<u>3.456.631</u>

a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela ELETROBRÁS.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos, corresponde na controladora a R\$ 5.579.763 mil, equivalente a US\$ 1,579,193 mil e no consolidado a R\$27.953.793 mil, equivalente a US\$ 7,911,525 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US\$	EURO	YEN
CONTROLADORA	69%	13%	18%
CONSOLIDADO	92%	4%	4%

CONSOLIDADO							
2002				2001			
ENCARGOS		PRINCIPAL		ENCARGOS		PRINCIPAL	
TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	TAXA MÉDIA	VALOR	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
4,91%	1.369	45.368	12.150	5,14%	2.180	77.100	49.401
7,06%	17.928	109.401	1.091.323	7,46%	14.116	44.757	805.655
6,07%	8.918	13.881	682.684	6,94%	3.697	9.116	118.506
5,65%	1.975	72.785	532.495	5,65%	1.657	41.036	335.277
6,38%	-	2.406	15.698	6,38%	581	1.849	13.878
3,00%	12	773	-	3,00%	39	1.866	931
6,50%	1.370	50.956	414.667	6,50%	850	28.529	257.450
1,65%	4.774	65.367	947.824	1,65%	1.505	38.868	602.458
	13.915	50.973	125.769		7.456	108.939	84.364
	50.261	411.910	3.822.610		32.081	352.060	2.267.920
	-	-	-	8,88%	3.043	86.226	-
12,00%	8.480	-	1.059.990	12,00%	5.569	-	696.120
10,00%	31.319	-	664.225	10,00%	19.853	-	436.212
9,00%	783	-	82.442	9,00%	1.932	208.836	-
	40.582	-	1.806.657		30.397	295.062	1.132.332
6,92%	14.191	390.782	21.415.658	6,92%	12.445	768.414	14.073.070
	-	-	1.142		-	-	1.142
	14.191	390.782	21.416.800		12.445	768.414	14.074.212
	105.034	802.692	27.046.067		74.923	1.415.536	17.474.464
11,71%	-	20.354	425.923	11,71%	-	14.457	356.147
	34.228	521.300	618.431		12.587	416.370	242.720
	34.228	541.654	1.044.354		12.587	430.827	598.867
	139.262	1.344.346	28.090.421		87.510	1.846.363	18.073.331

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2002, foi de 7,49%a.a e 2001, foi de 7,80 %a.a.

d) O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 2002, expresso em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2004	2005	2006	2007	2008	APOS 2008	TOTAL
CONTROLADORA	272.464	562.720	87.847	81.538	78.226	508.910	1.591.705
CONSOLIDADO	469.837	778.877	350.296	324.446	337.292	5.689.446	7.950.194

ANEXO VI

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS CONTROLADAS
E INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM R\$ MILHARES)

BALANÇO PATRIMONIAL

	2002							
	ATIVO				PASSIVO			
	CIRCULANTE	REALIZÁVEL	PERMANENTE	TOTAL	CIRCULANTE	EXIGÍVEL	PAT. LÍQUIDO	TOTAL
CONTROLADAS								
FURNAS	4.350.648	1.755.730	12.904.866	19.011.244	4.868.330	3.326.380	10.816.534	19.011.244
CHESF	1.497.590	979.179	16.277.493	18.754.262	1.955.471	7.057.648	9.741.143	18.754.262
ELETROSUL	735.241	535.568	1.391.695	2.662.504	575.803	490.354	1.596.347	2.662.504
ELETRONORTE	1.016.735	2.109.927	14.998.469	18.125.131	3.718.490	4.549.779	9.856.862	18.125.131
ELETRONUCLEAR	639.611	399.950	6.131.073	7.170.634	882.029	2.032.752	4.255.853	7.170.634
CGTEE	227.623	12.439	514.641	754.703	70.306	17.713	666.684	754.703
LIGHTPAR	50.591	1	93.710	144.302	67.410	1	76.891	144.302
ITAIPU	1.191.422	379.166	32.020.797	33.591.385	1.202.814	32.211.906	176.665	33.591.385
INVEST. TEMP.								
CEAL	129.418	141.484	292.098	563.000	100.959	357.266	104.775	563.000
CEAM	64.539	2.418	229.212	296.169	70.633	142.309	83.227	296.169
CEPISA	111.878	63.251	226.318	401.447	196.358	403.122	(198.033)	401.447
CERON	112.253	104.280	182.429	398.962	93.270	740.144	(434.452)	398.962
ELETROACRE	49.836	1.712	58.258	109.806	37.527	60.235	12.044	109.806

2001							
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE	REALIZÁVEL	PERMANENTE	TOTAL	CIRCULANTE	EXIGIVEL	PAT. LÍQUIDO	TOTAL
3.491.003	1.396.379	12.207.176	17.094.558	4.132.317	2.699.975	10.262.266	17.094.558
1.417.477	642.641	16.233.299	18.293.417	2.100.771	6.435.167	9.757.479	18.293.417
553.854	384.084	1.287.664	2.225.602	448.727	213.655	1.563.220	2.225.602
1.105.261	1.681.624	14.851.894	17.638.779	2.963.965	3.150.877	11.523.937	17.638.779
565.815	482.671	6.029.639	7.078.125	774.750	1.021.833	5.281.542	7.078.125
151.938	10.992	587.140	750.070	54.908	18.816	676.346	750.070
10.504	1	93.719	104.224	35.231	16.925	52.068	104.224
806.997	241.295	21.952.553	23.000.845	1.241.845	21.642.980	116.020	23.000.845
89.313	141.109	285.881	516.303	119.028	290.139	107.136	516.303
37.719	178	202.871	240.768	44.312	117.418	79.038	240.768
84.204	122.279	237.783	444.266	157.839	281.364	5.063	444.266
98.841	78.016	181.682	358.539	236.464	374.050	(251.975)	358.539
68.612	29.183	56.788	154.583	40.968	45.011	68.604	154.583

ANEXO VI

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS CONTROLADAS
E INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM R\$ MILHARES)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	2002			2002		2001		
	RECEITA OPER. LÍQUIDA	DESPESA OPERACIONAL	RESULTADO DO SERVIÇO	RECEITA/ (DESP.)FINAN	RESULTADO OPERACIONAL	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	I.RENDA E CONT. SOCIAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO
CONTROLADAS								
FURNAS	10.223.170	(9.042.039)	1.181.131	(673.773)	507.358	(19.521)	(74.414)	540.314
CHESF	2.523.378	(1.347.856)	1.175.522	(1.303.898)	(128.376)	(66)	222	79.447
ELETROSUL	1.650.793	(1.502.779)	148.014	125.579	273.593	(2.191)	(14.589)	58.324
ELETRONORTE	2.836.403	(2.468.814)	367.589	(252.881)	114.708	(14.104)	-	(1.096.118)
ELETRONUCLEAR	665.492	(755.415)	(89.923)	(1.056.032)	(1.145.955)	-	(1)	(1.146.244)
CGTEE	197.304	(228.545)	(31.241)	21.567	(9.674)	12	-	(9.662)
LIGHTPAR	1.887	(294)	1.593	2.307	3.900	-	-	3.900
ITAIPU	3.810.801	(2.879.778)	931.023	-	931.023	-	-	1.266.423
INVEST. TEMP.								
CEAL	250.959	(244.235)	6.724	(70.462)	(63.738)	(1.132)	-	(64.869)
CEAM	185.718	(253.946)	(68.228)	(10.920)	(79.148)	34	-	(79.114)
CEPISA	186.559	(246.835)	(60.276)	(106.450)	(166.726)	(1.484)	(48.627)	(216.837)
CERON	257.604	(314.970)	(57.366)	(161.948)	(219.314)	(555)	-	(219.869)
ELETROACRE	91.301	(109.399)	(18.098)	(9.980)	(28.078)	(562)	(28.213)	(56.853)

		2001		2001		2002	
RECEITA OPER. LÍQUIDA	DESPESA OPERACIONAL	RESULTADO DO SERVIÇO	RECEITA (DESP.) FINANCEIRAS	RESULTADO OPERACIONAL	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	I. RENDA E CONT. SOCIAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO
9.252.455	(7.889.601)	1.362.854	(400.609)	962.245	(129.942)	(230.955)	830.686
2.960.343	(2.214.866)	745.477	(825.504)	(80.027)	118	(23.774)	(103.683)
1.344.904	(1.299.031)	45.873	56.513	102.386	(4.352)	(30.589)	92.964
2.384.616	(2.063.605)	321.011	293.005	614.016	(38.152)	-	(58.703)
681.207	(553.850)	127.357	(362.555)	(235.198)	-	79.925	(155.566)
195.943	(223.475)	(27.532)	9.849	7.683)	37	-	(17.646)
1.745	(420)	1.325	(6.026)	(4.701)	149	-	(4.552)
2.922.442	(2.254.089)	668.353	-	668.353	-	-	399.037
227.285	(266.150)	(38.865)	(41.176)	(80.041)	(1.132)	-	(54.913)
137.906	(192.874)	(54.968)	(5.086)	(60.054)	(1.965)	-	(62.019)
219.534	(228.326)	(8.792)	(51.227)	(60.019)	(3.839)	415	(63.443)
210.351	(219.399)	(9.048)	(78.112)	(87.160)	1.688	-	(85.472)
73.933	(73.726)	207	(5.691)	(5.484)	(1.339)	2.198	(4.625)

Conselho de Administração

DILMA VANA ROUSSEFF

Presidente

LUIZ PINGUELLI ROSA

Conselheiro

RONALDO SCHUCK

Conselheiro

ROGÉRIO DA SILVA

Conselheiro

OTAVIANO CANUTO DOS SANTOS FILHO

Conselheiro

MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA TAVARES

Conselheira

NELSON MACHADO

Conselheiro

PIETRO ERBER

Conselheiro

DARC ANTÔNIO DA LUZ COSTA

Conselheiro

Diretoria Executiva

LUIZ PINGUELLI ROSA

Presidente

ALEXANDRE MAGALHÃES DA SILVEIRA

Diretor Financeiro

VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA

Diretor de Engenharia

ROBERTO GARCIA SALMERON

Diretor de Administração

JOSÉ DRUMOND SARAIVA

Diretor de Projetos Especiais

CELINA MARIA DE MACEDO BRINCKMANN

Contadora CRC - RS 21.206 - S - DF 840

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS, abaixo assinados, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2002, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis acompanhadas do Parecer da Auditoria Independente, bem como da proposta relativa à distribuição do resultado do exercício.

Da análise da documentação apresentada e com base nas informações prestadas pelo Departamento de Contabilidade – DFC e no Parecer da Auditoria Independente PRICEWATERHOUSECOOPERS que declaram que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial, financeira e respectivo consolidado da Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS, em 31 de dezembro de 2002, o Conselho Fiscal da ELETROBRÁS, destacando o entendimento firmado nos parágrafos de ênfase nºs 4, 5, 6 e 7 do Parecer da PRICEWATERHOUSECOOPERS, entende que as referidas Demonstrações Contábeis estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa. É de parecer, ainda, que a proposta da Administração da ELETROBRÁS relativamente à distribuição do resultado do exercício de 2002 está amparada pelas disposições legais e societárias vigentes.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2003.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

Presidente

RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES

Conselheiro

ARLINDA IVONE TOLEDO DE MENEZES

Conselheira

ISABEL DA SILVA RAMOS KEMMELMEIER

Conselheira

KURT JANOS TOTH

Conselheiro

Parecer dos Auditores Independentes

10 de março de 2003

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e os balanços patrimoniais consolidados da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e suas controladas e controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis. Os exames das demonstrações contábeis de certas empresas controladas e controlada em conjunto identificadas no Anexo III, utilizadas para fins de consolidação como mencionado na Nota 2 (item II), foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes e nosso parecer, no que se refere ao valor desses investimentos e aos prejuízos por eles produzidos, nos montantes de R\$ 13.624.337 mil (2001 - R\$ 16.811.060 mil) e R\$ 998.828 mil (2001 - R\$ 143.577 mil), respectivamente, correspondentes também aos montantes dos ativos líquidos consolidados e aos resultados consolidados decorrentes dessas investidas, está baseado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Com base em nossos exames e nos pareceres de responsabilidade de outros auditores independentes, como referido no parágrafo 1, somos de parecer que as demonstrações contábeis por nós examinadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e suas controladas e controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS dos exercícios findos nessas

datas, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2002 da controlada ELETRONUCLEAR enfatizou que essa empresa apurou prejuízos operacionais consecutivos nos últimos três anos, apresenta deficiência de capital de giro e vem negociando com a ELETROBRÁS e com o Ministério das Minas e Energia o alongamento do perfil da dívida relacionado a empréstimos com a controladora, bem como a revisão da tarifa contratual de energia para fazer face aos atuais custos operacionais. Portanto, a lucratividade futura dessa controlada e a recuperação de seu ativo permanente dependem, fundamentalmente, do sucesso e da suficiência das negociações anteriormente descritas. Em consequência, a recuperação dos investimentos e créditos da ELETROBRÁS junto àquela empresa dependem da obtenção de lucratividade futura pela mesma, principalmente pela revisão da tarifa de energia.

5. Conforme mencionado nas Notas 3, 14 e 26, as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2002 e de 2001 incluem os efeitos decorrentes da aplicação, pelas empresas controladas ELETRONORTE, FURNAS, CHESF e CGTEE, da Lei nº 10.438 (em 2001 - Medida Provisória nº 14) e normas complementares emitidas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica e pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em decorrência do Acordo Geral do Setor Elétrico. Nos termos dessas normas, as referidas controladas contabilizaram as transações com energia livre e no mercado "spot" no montante líquido a receber de R\$ 680 milhões, dos quais R\$ 461 milhões em 2001, realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia - MAE, os quais se encontram reconhecidos contabilmente na Companhia pelo método da equivalência patrimonial. As controladas registraram os valores relativos às operações mencionadas acima com base em cálculos elaborados e divulgados pelo MAE e instruções da ANEEL. Esses valores estão sujeitos a modificações, dependendo de decisões judiciais de processos em andamento movidos por empresas do setor, decorrentes de interpretação das regras do mercado em vigor e dos resultados dos trabalhos de auditoria, a ser procedida, relativos especificamente às operações efetuadas no âmbito do MAE.

6. Conforme mencionado na Nota 28, em virtude do determinado pela Lei nº 9.648 as controladas FURNAS, CHESF, ELETRONORTE e CGTEE deverão reduzir em 25% ao ano, a partir de 2003, a quantidade de energia contratada a partir dos contratos iniciais de energia vigentes em 2002, sendo que essa parcela de energia livre deverá ser comercializada em leilões públicos ou no mercado "spot". Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 27, a Lei nº 10.438 transferiu de FURNAS para a ELETROBRÁS, a partir de 2003, a responsabilidade pela aquisição e repasse da energia de ITAIPU.

7. Conforme mencionado na Nota 1, as controladas FURNAS, ELETRONORTE e CHESF permanecem incluídas no Programa Nacional de Desestatização, sendo que a reestruturação societária dessas Companhias e a continuidade do processo de privatização encontram-se pendentes de autorização do Conselho Nacional de Desestatização.

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Auditores Independentes
CRC-SP-000160/O-5-S-RJ

LUIZ MÁRCIO MALZONE

Sócio
Contador CRC-RJ-031.376/O-2

COORDENAÇÃO GERAL

Dominique Antunes Ribeiro

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Franca Di Sabato Guerrante

REDAÇÃO

Terezinha Costa

REVISÃO

Marcelo Bessa

FOTOS

Arquivo Eletrobrás, Agência Tyba, Agência Documenta, Soma Foto

PROJETO GRÁFICO

Traço Design

IMPRESSÃO

Leograf

Departamento de Comunicação da Eletrobrás

Av. Presidente Vargas 409 - 17º andar

Tel. 2514-6042 - Cep 20071-003